

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	11
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	12
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	14
3.9 - Outras informações relevantes	15

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	16
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	17
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	18
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	19
4.5 - Processos sigilosos relevantes	20
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	21
4.7 - Outras contingências relevantes	22
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	23

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	24
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	25
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	26
5.4 - Outras informações relevantes	27
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	28
6.3 - Breve histórico	29
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	32
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	34
6.7 - Outras informações relevantes	35
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	36
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	37
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	38
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	39
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	40
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	41
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	42
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	43
7.9 - Outras informações relevantes	44
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	45
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	46
8.3 - Operações de reestruturação	47
8.4 - Outras informações relevantes	49
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	50
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	51

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	52
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	53
9.2 - Outras informações relevantes	54
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	55
10.2 - Resultado operacional e financeiro	60
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	61
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	63
10.5 - Políticas contábeis críticas	66
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	68
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	69
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	70
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	71
10.10 - Plano de negócios	72
10.11 - Outros fatores com influência relevante	73
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	74
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	75
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	76
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	81
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	84
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	85
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	86
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	87
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	89
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	90

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	91
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	94
12.12 - Outras informações relevantes	95

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	96
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	99
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	102
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	103
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	104
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	105
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	106
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	107
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	108
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	109
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	110
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	111
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	112
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	113
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	114
13.16 - Outras informações relevantes	115

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	116
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	117
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	118

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	119
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	120
15.3 - Distribuição de capital	125
15.4 - Organograma dos acionistas	126
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	127
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	132
15.7 - Outras informações relevantes	135
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	136
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	137
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	143
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	144
17.2 - Aumentos do capital social	146
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	149
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	150
17.5 - Outras informações relevantes	151
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	152
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	154
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	155
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	156
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	157
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	158

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	159
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	160
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	161
18.10 - Outras informações relevantes	162
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	163
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	164
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	165
19.4 - Outras informações relevantes	166
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	167
20.2 - Outras informações relevantes	168
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	169
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	170
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	171
21.4 - Outras informações relevantes	172
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	173
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	174
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	175
22.4 - Outras informações relevantes	176

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Eduardo Nogueira Domeque

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	05/04/2011 a 17/02/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria completa das Demonstrações Financeiras e Revisão Especial das Informações Trimestrais
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2011, pago pela Companhia, foi de R\$ 359.780,53 exclusivamente relativos a serviços de auditoria.
Justificativa da substituição	Rotatividade dos auditores , conforme previsto na Deliberação CVM 549 e 669.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	não há

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
EDISON ARISA PEREIRA	05/04/2011 a 17/02/2012	006.990.038-81	Avenida Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Agua Branca, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-903, Telefone (11) 36742000, Fax (11) 36742000, e-mail: edison.arisa@br.pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	463-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Moore Stephens Lima Lucchesi
CPF/CNPJ	60.525.706/0001-07
Período de prestação de serviço	18/04/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria completa das Demonstrações Financeiras e Revisão Especial das Informações Trimestrais
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Trabalhos contratados relacionados à auditoria em 2014: R\$ 70.000,00. Trabalhos contratados relacionados à auditoria em 2013: R\$ 24.000,00. Trabalhos contratados relacionados à auditoria em 2012: R\$ 290.000,00.
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Carlos Atushi Nakamuta	18/04/2012	011.603.868-38	Av. Paulista, 1.374, 12º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01310-100, Telefone (011) 32645343, Fax (011) 32645275, e-mail: ri@grupopan.com

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)
Patrimônio Líquido	135.514.000,00	35.634.000,00	795.223.000,00
Ativo Total	139.513.000,00	48.601.000,00	2.695.856.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	625.000,00	134.960.000,00	164.251.000,00
Resultado Bruto	-15.000,00	39.300.000,00	-20.574.000,00
Resultado Líquido	-10.000,00	27.108.000,00	-16.311.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	717	51	972
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	189.001,394700	698.705,882353	818.130,658436
Resultado Líquido por Ação	-13,947001	531.529,411765	-16.780,864198

3.2 - Medições não contábeis

3.2. Medições não contábeis

A Companhia não divulga quaisquer medições não contábeis

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento subsequente.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 - Política de destinação de resultados

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, a Companhia adotou as seguintes regras para retenção de lucros, conforme previsto no artigo 34 de seu estatuto social: O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras, a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reserva de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado; e c) o saldo remanescente será alocado, total ou parcialmente à Reserva de Investimentos e Resgate, que tem o escopo anunciado pelo Estatuto Social da Companhia. O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do montante em excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.</p> <p>Em relação à retenção de lucros, informamos que a Companhia segue o quanto disposto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. No entanto, não houve retenção de</p>		

3.4 - Política de destinação dos resultados

	lucro pela Companhia nos três últimos exercícios sociais.		
Destinação para Reserva Legal	1.355.405,10	0,00	3.731.518,89
Valores das Retenções de Lucros	19.314.522,74	0,00	53.174.144,23
Total	20.669.927,84	0,00	56.905.663,12
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, a Companhia adotou as seguintes regras para retenção de lucros, conforme previsto no artigo 34 de seu estatuto social: O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras, a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reserva de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado; e c) o saldo remanescente será alocado, total ou parcialmente à Reserva de Investimentos e Resgate, que tem o escopo anunciado pelo Estatuto Social da Companhia. O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do montante em excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.</p>		
c. Periodicidade das	Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, a Companhia seguiu os		

3.4 - Política de destinação dos resultados

distribuições de dividendos	seguintes critérios de periodicidade para distribuição de dividendos: A distribuição é anual, contudo, conforme previsto no artigo 36 do estatuto social, a Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (a) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.		
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há.	Não há.	Não há.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012
Lucro líquido ajustado	0,00	27.108.102,09	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	23,800000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	76,070000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	6.438.174,25	0,00
Lucro líquido retido	0,00	19.314.522,74	0,00
Data da aprovação da retenção		30/04/2014	

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00				0,00	
Dividendo Obrigatório						
Ordinária			3.219.087,13			
Preferencial			3.219.087,12			

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Conta Contabil	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Lucros retidos	Não houve	19.314.522,74	Não houve
Reserva legal constituída	Não houve	1.355.405,10	Não houve

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2014	3.999.000,00	Índice de Endividamento	0,02950986	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2014)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Quirografárias	1.638.000,00	0,00	0,00	2.361.000,00	3.999.000,00
Total	1.638.000,00	0,00	0,00	2.361.000,00	3.999.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 – Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

Não aplicável, pois a Companhia não possui operação e não há negociação dos papéis emitidos.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2 – Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes:

Não aplicável, pois a Companhia não possui operação.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Não há quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia seja parte, nas esferas trabalhista, tributária, cível, dentre outras: (i) que não estejam sob sigilo e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais contra a Companhia.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Não há quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia seja parte, nas esferas trabalhista, tributária, cível, dentre outras: (i) que não estejam sob sigilo e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Não há quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia seja parte, nas esferas trabalhista, tributária, cível, dentre outras: (i) que não estejam sob sigilo e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem contingências relevantes a serem mencionadas.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável.

5.1 Descrição dos principais riscos de mercado.

Não aplicável, pois a Companhia não possui atividade operacional.

5.2 Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor.

Não aplicável, pois a Companhia não possui atividade operacional.

5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotados.

Não aplicável, pois a Companhia não possui atividade operacional.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4 Outras informações relevantes.

Não há.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	25/08/1998
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	23/01/2007

6.3 – Breve Histórico

Em 25 de agosto de 1998 a Companhia foi constituída sob a denominação social de “Opportunity Discovery Participações S.A.”.

Paralelamente, no mesmo ano, um grupo de profissionais renomados, em conjunto com a companhia Ourinvest Participações S.A., iniciou o desenvolvimento de companhias voltadas para o ramo financeiro imobiliário. Desde então, foi criado um grupo econômico constituído por uma companhia hipotecária, uma companhia de securitização de créditos imobiliários, uma companhia de gestão de investimentos imobiliários e uma promotora de vendas de produtos de crédito imobiliário.

Em 2002, foi constituída a Brazilian Finance & Real Estate Participações S.A. (“BFRE Participações”), que se tornou holding do grupo econômico composto pelas empresas BMSR II Participações S.A., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, Brazilian Securities Companhia de Securitização, Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.

Em 29 de setembro de 2006, a TPG Axon-BFRE Holding, LLC (“TPG”) subscreveu 18.007.369 ações de emissão da BFRE Participações, tornando-se detentora de 47,12% do capital social total dessa empresa. Adicionalmente, em 11 de dezembro de 2006, a TPG subscreveu 1.800.737 ações da BFRE Participações, aumentando sua participação para 19.808.106 ações no valor de R\$328,5 milhões, passando, então, a ser detentora de 49,5% do capital social total da Companhia.

Em 09 de março de 2007, a empresa Ourinvest Real Estate Holding S.A. (“Ourinvest”) adquiriu da Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda. a totalidade das ações da Opportunity Discovery Participações S.A. A partir de abril de 2007, esta sociedade passou a ser denominada “Brazilian Finance & Real Estate S.A.” (“Emissor, BFRE ou Companhia”).

Em 01 de abril de 2008, a Companhia incorporou e sucedeu a BFRE Participações em todos os seus direitos e obrigações.

Em 16 de dezembro de 2009, os acionistas da Companhia deliberaram um aumento de capital, mediante a emissão de 19.274.585 novas ações, sendo 3.854.917 novas ações ordinárias e 15.419.668 novas ações preferenciais, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Coyote Trail, LLC (“Coyote”) em moeda corrente nacional, em razão da cessão gratuita de direitos de subscrição pela Ourinvest e pela TPG.

Em 15 de janeiro de 2010 a Coyote, por meio do Contrato de Opção de Compra de Ações, exerceu a opção de compra de 5.510.903 ações ordinárias e 22.043.612 ações preferenciais de emissão da Companhia e de titularidade da Ourinvest.

Em 31 de maio de 2012, foi aprovada a conversão da totalidade das 5.638.454 ações preferenciais de emissão da BFRE detidas pelo acionista Ourinvest em 5.638.454 ações ordinárias, bem como a conversão da totalidade das 21.408.230 ações ordinárias de emissão da BFRE detidas pelo acionista TPG e a totalidade das 9.786.325 ações ordinárias de emissão da BFRE detidas pelo acionista Coyote em 21.408.230 e 9.786.325 ações preferenciais de emissão da Companhia, respectivamente, passando o capital social da Companhia a ser representado por 80.411.938

6.3 - Breve histórico

ações ordinárias e 155.972.771 ações preferenciais. Na mesma data, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, à mesma razão de conversão, qual seja, 256.088 ações para 1 ação de mesma espécie e classe, de modo que o capital social da Companhia, após o grupamento, passa a ser representado por 314 ações ordinárias e 609 ações preferenciais.

Em 16 de julho de 2012, a TPG e a Coyote alienaram a totalidade de suas participações na BFRE, representadas por 100% das ações preferenciais emitidas pela Companhia, em negociações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As ações foram adquiridas pela Ourinvest, que aumentou sua participação acionária, passando a ser detentora de 100% do capital social da BFRE. Desta forma, atualmente, a única acionista da Companhia é a Ourinvest.

Em 19 de julho de 2012, a Ourinvest, acionista da BFRE, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a cisão parcial da BFRE com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A. ("BPMB IV"), por meio da qual foi cindido da BFRE e vertido para a BPMB IV o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários. Adicionalmente, na mesma data e após a cisão descrita acima, foram concluídas: (i) a aquisição indireta, pelo Panamericano, de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e Brazilian Securities Companhia de Securitização); e (ii) a aquisição indireta, pelo BTG Pactual, de 100% do capital social da Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários, a qual desenvolve atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2013, foram aprovados, por unanimidade: (i) O aumento de capital da Companhia por meio da capitalização do saldo da conta de Reserva de Lucros no valor total de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). O aumento de capital ora aprovado é realizado sem a modificação no número de ações de emissão da Companhia, nos termos do §1º, artigo 169, da Lei nº 6.404/76 e passará de 593.718.217,39 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e dezessete reais e trinta e nove centavos) para R\$ 703.718.217,39 (setecentos e três milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e dezessete reais e trinta e nove centavos); e (ii) a redução de capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE"), efetivada sem a transferência de recursos financeiros. A restituição do capital à sua acionista majoritária, Ourinvest, ocorreu mediante a entrega dos seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities Companhia de Securitização, no valor de R\$ 221.687.231,00; (b) participação societária na BMSRII Participações S.A., no valor de R\$ 282.352.433,61; e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., no valor de R\$ 187.874.915,17, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31.08.2013. Assim, foram canceladas 314 ações ordinárias, 417 ações preferenciais classe A e 190 ações preferenciais classe B da BFRE de titularidade da Ourinvest. A participação do Banco Panamericano S.A., único outro acionista da BFRE, não foi alterada.

Dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ R\$ 7.661.784,69 (sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil e setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 51 (cinquenta e uma) ações, sendo 17

6.3 - Breve histórico

(dezessete) ações ordinárias e 34 (trinta e quatro) ações preferenciais, sendo (i) 23 (vinte e três) ações preferenciais classe A, e (ii) 11 (onze) ações preferenciais classe B, todas sob a forma escritural e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia realizado mediante aporte da acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A., no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), mediante a emissão de 666 (seiscentas e sessenta e seis) novas ações, sendo 222 (duzentas e vinte e duas) ações ordinárias e 444 (quatrocentas e quarenta e quatro) ações preferenciais, sendo essas últimas divididas em 300 (trezentas) ações preferenciais classe A e 144 (cento e quarenta e quatro) ações preferenciais classe B. O capital da Companhia passou de R\$ 7.661.784,69 (sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) para R\$ 107.661.784,69 (cento e sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos). A participação do Banco Pan S.A., único outro acionista da Companhia, não foi alterada.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 – Principais eventos societários pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas

A.

Evento: Alienação e Aquisição de Ações entre acionistas em 16 de julho de 2012

Principais condições do negócio: A TPG-Axon BFRE Holding LLC e a A Coyote Trail, LLC, acionistas da Companhia, alienaram a totalidade de suas participações, consistentes em 100% das ações preferenciais emitidas pela Companhia, em negociações realizadas na BM&F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As ações foram adquiridas pela Ourinvest Real Estate Holding S.A., que aumentou sua participação acionária, passando a ser detentora de 100% do capital social da Companhia.

Sociedades envolvidas: Ourinvest Real Estate Holding S.A.; Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Efeitos resultantes da operação: A Companhia passou a ter uma única acionista.

B.

Evento: Cisão Parcial da Companhia em 19 de julho de 2012

Principais condições do negócio: Houve a cisão parcial da Companhia, com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A., compreendendo, inclusive, o investimento detido pela Companhia na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários.

Sociedades envolvidas: Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Efeitos resultantes da operação: A Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários deixou de pertencer ao Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte.

C.

Evento: Aquisição indireta do capital social da Companhia em 19 de julho de 2012

Principais condições do negócio: Houve a aquisição indireta, pelo Banco Pan S.A., de 100% do capital social da Companhia, e conseqüentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas controladas da Companhia, quais sejam, BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e Brazilian Securities Companhia de Securitização.

Sociedades envolvidas: Brazilian Finance & Real Estate S.A.; Banco Pan S.A.

Efeitos resultantes da operação: A Companhia passa a fazer parte do Grupo Pan.

D.

Evento: Aumento e redução de capital da Companhia em 18 de setembro de 2013

Principais condições do negócio: (i) O aumento de capital da Companhia R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais); e (ii) a redução de capital da Companhia no valor de R\$ 696.056.432,70

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(seiscentos e noventa e seis milhões, cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e dois reais e setenta centavos), com a restituição do capital à sua acionista majoritária, Ourinvest Real Estate Holding S.A., efetivada sem a transferência de recursos financeiros, mas mediante a entrega dos seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities Companhia de Securitização, no valor de R\$ 221.687.231,00 (duzentos e vinte e um milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e um reais); (b) participação societária na BMSRII Participações S.A., no valor de R\$ 282.352.433,61 (duzentos e oitenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e um centavos); e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., no valor de R\$ 187.874.915,17 (cento e oitenta e sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e quinze reais e dezessete centavos), todos avaliados pelo seu valor contábil em 31.08.2013. Assim, foram canceladas 314 (trezentas e quatorze) ações ordinárias, 417 (quatrocentas e dezessete) ações preferenciais classe A e 190 (cento e noventa) ações preferenciais classe B da Companhia de titularidade da Ourinvest Real Estate Holding S.A. A participação do Banco Pan S.A., único outro acionista da Companhia, não foi alterada.

Sociedades envolvidas: Brazilian Finance & Real Estate S.A., Ourinvest Real Estate Holding S.A., Brazilian Securities Companhia de Securitização, BMSRII Participações S.A. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.

Efeitos resultantes da operação: A Companhia não possui mais participação na Brazilian Securities Companhia de Securitização, na BMSRII Participações S.A. e na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.

E.

Evento: Aumento de capital da Companhia em 30 de dezembro de 2014

Principais condições do negócio: i) O aumento de capital da Companhia realizado mediante aporte da acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A., no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), mediante a emissão de 666 (seiscentas e sessenta e seis) novas ações, sendo 222 (duzentas e vinte e suas) ações ordinárias e 444 (quatrocentas e quarenta e quatro) ações preferenciais, sendo essas últimas divididas em 300 (trezentas) ações preferenciais classe A e 144 (cento e quarenta e quatro) ações preferenciais classe B. O capital da Companhia passou de R\$ 7.661.784,69 (sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) para R\$ 107.661.784,69 (cento e sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos). A participação do Banco Pan S.A., único outro acionista da Companhia, não foi alterada.

Sociedades envolvidas: Brazilian Finance & Real Estate S.A.; Ourinvest Real Estate Holding S.A.

Efeitos resultantes da operação: Não há.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a presente data não houve pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1.1. Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Companhia não possui ativos ou desempenha atividades relevantes.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Informações sobre segmentos operacionais

A Companhia não possui ativos ou desempenha atividades relevantes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia não possui ativos ou desempenha atividades relevantes.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4 Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

A Companhia não tem, atualmente, um cliente que concentre mais de 10% da receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 - Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

A Brazilian Finance & Real Estate S.A. é uma companhia aberta constituída e em funcionamento de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, possuindo todas as autorizações governamentais para o exercício de suas atividades. Pelo seu registro como companhia aberta e pelos valores mobiliários que emite, a Companhia está sujeita à autorização, regulamentação e fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.

b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

No desenvolvimento de suas atividades, a Companhia não depende, por ora, da concessão de licenças ambientais. Não possuímos certificações pela adoção de padrões internacionais de proteção ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não depende de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia para o exercício de suas atividades. Contudo, a Companhia utiliza e possui registro de marcas mistas para distinguir seus produtos e suas atividades, bem como domínios de sítios na rede mundial de computadores.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

A Companhia não possui ativos ou desempenha atividades relevantes.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

A Companhia não possui ativos ou desempenha atividades relevantes.

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as relações importantes estão descritas como partes relacionadas e/ou no histórico da empresa.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. controladores diretos e indiretos

(i) Controladores diretos da Companhia: Ourinvest Real Estate Holding S.A.

(ii) Controladores indiretos da Companhia: Banco Pan S.A., BTG Pactual Holding S.A., Sr. André Santos Esteves, Caixa Participações S.A. - Caixapar e Caixa Econômica Federal.

b./c. controladas e coligadas

A Companhia não possui empresas controladas ou coligadas.

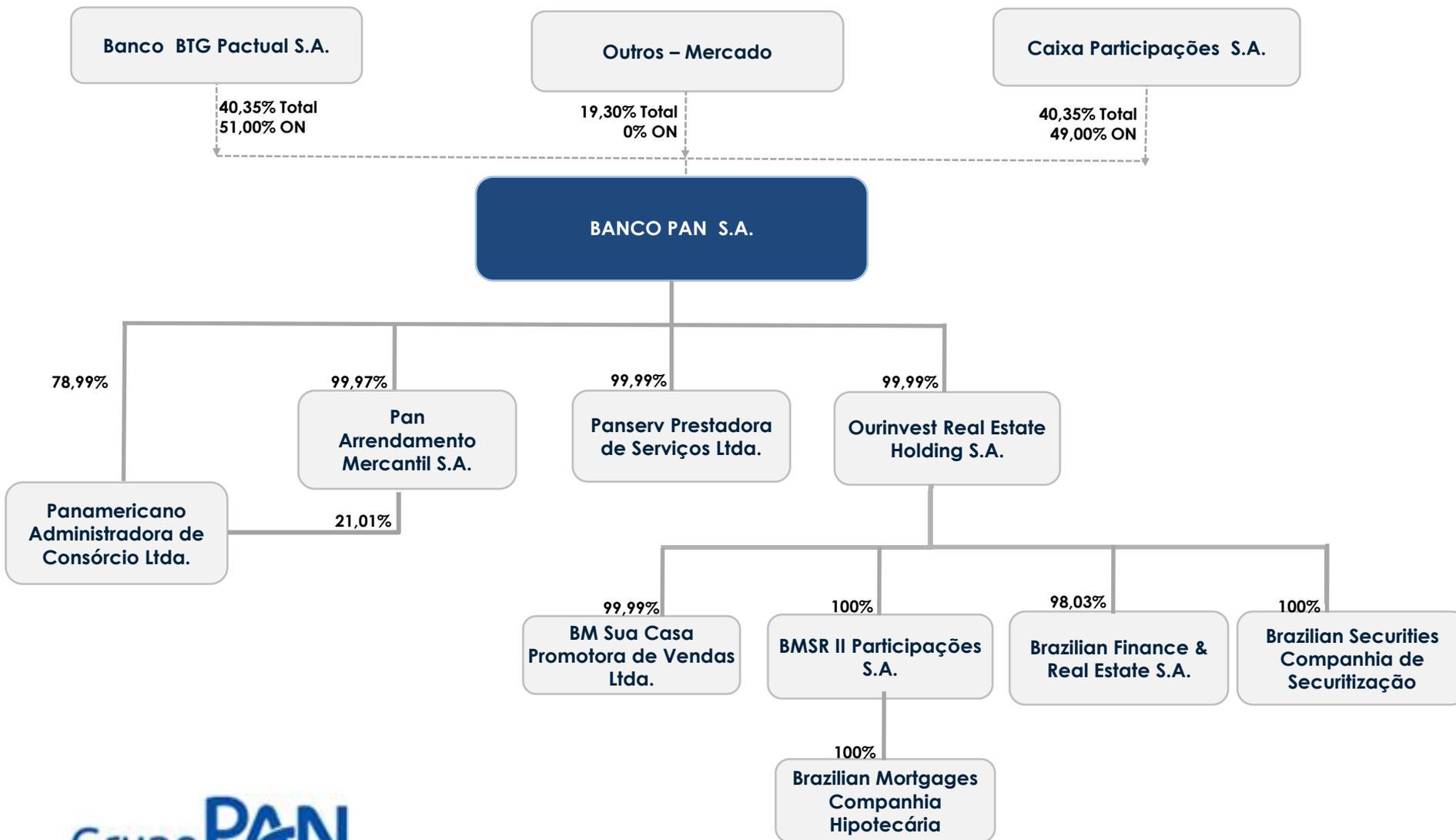
d. participações de sociedades do grupo na Companhia

Não há.

e. sociedades sob controle comum

A Companhia, juntamente com a BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., BMSR II Participações S.A., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, e Brazilian Securities Companhia de Securitização, está sob o controle indireto do Banco Pan S.A.. O Banco Pan S.A. exerce, ainda, o controle direto sobre a Panamericano Administradora de Consórcio Ltda., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e Ourinvest Real Estate Holding S.A..

Grupo Pan - Organograma



8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	31/12/2014
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aumento de Capital na Ourinvest Real Estate Holdin
Descrição da operação	Em 31 de dezembro de 2014, houve um aumento de capital da Ourinvest Real Estate Holding S.A., controladora direta da Brazilian Finance & Real Estate S.A., no valor de R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais), subscrito e integralizado pelo acionista Banco Pan S.A..
Data da operação	31/12/2014
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aumento de Capital na Companhia
Descrição da operação	Em 31 de dezembro de 2014, houve um aumento de capital da Companhia pela sua controladora direta, a Ourinvest Real Estate Holding S.A., no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), subscrito e integralizado pela acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A..
Data da operação	18/09/2013
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Redução de Capital na Brazilian Finance
Descrição da operação	Em 18 de setembro de 2013, houve a redução de capital da Brazilian Finance, em que a acionista da Brazilian Finance, Ourinvest Real Estate Holding S.A, recebeu, a título de restituição do capital, a participação societária detida pela Brazilian Finance na Brazilian Securities, na BMSR II Participações S.A. e na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.
Data da operação	19/07/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aquisição indireta do capital social da Cia
Descrição da operação	Nesta data houve a aquisição indireta, pelo Panamericano, de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e Brazilian Securities Companhia de Securitização).
Data da operação	19/07/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Cisão Parcial da Controladora
Descrição da operação	A Ourinvest, acionista da BFRE, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a cisão parcial da BFRE com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A. por meio da qual foi cindido da BFRE e vertido para a BPMB IV o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários.
Data da operação	16/07/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Alienação e aquisição de ações entre acionistas

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação

A TPG-Axon BFRE Holding LLC e a Coyote Trail, LLC alienaram a totalidade de suas participações na BFRE, representadas por 100% das ações preferenciais emitidas pela Companhia, em negociações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As ações foram adquiridas pela Ourinvest, que aumentou sua participação acionária, passando a ser detentora de 100% do capital social da BFRE.

8.4 - Outras informações relevantes

Outras informações relevantes – Grupo Econômico

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não há ativo não circulante para o desenvolvimento das atividades que se enquadrem neste item.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possui

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Brazilian Finance & Real Estate S.A	Brasil	Registrada até 2018	Ver item 9.2 deste Formulário de Referência.	Ver item 9.2 deste Formulário de Referência.
Marcas	Brazilian Financial Center	Brasil	Registro em andamento	Ver item 9.2 deste Formulário de Referência.	Ver item 9.2 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possui

9.2 - Outras informações relevantes

Não há

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Banco Pan S.A. (“Pan” ou “Banco”) firmou naquela data um Memorando de Entendimentos não vinculante visando à assinatura de contratos definitivos para a aquisição, por R\$940,4 milhões, de 100% do capital social da Companhia. Em 25 de abril de 2012 os acionistas do Pan, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE. Em seguida, em 11 de junho de 2012, o Banco Central do Brasil (“Bacen”) aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária para o Pan.

Com isso, em 19 de julho de 2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE, por meio da qual foi cindido o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos (“Brazilian Capital”). Adicionalmente, também em 19 de julho de 2012 e após a cisão descrita acima, foi concluída a aquisição indireta, pelo Pan, de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de origem, financiamento e securitização desenvolvidos por suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities.

Em 18 de setembro de 2013, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a redução de capital por excesso, conforme artigo 173, da Lei nº 6.404/76. A acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A recebeu a título de restituição do capital, os seguintes investimentos:

- (a) participação societária na Brazilian Securities – Companhia de Securitização no valor de R\$ 221.687;
- (b) participação societária na BMSRII Participações S.A. no valor de R\$ 282.352; e
- (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. no valor de R\$ 187.875, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31 de agosto de 2013.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital, mediante aporte do acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A. (“OREH”), no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), através da emissão de 666 novas ações, sendo 222 ações ordinárias, 444 ações preferencias, divididas em 300 ações preferenciais classe A e 144 ações preferenciais classe B, a serem subscritas e integralizadas pela OREH. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$7.661.784,69 (sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) para R\$ 107.661.784,69 (cento e sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) no encerramento do exercício.

Atualmente, a BFRE é uma *holding* não financeira cuja gestão do caixa e dos investimentos da Companhia é feita de forma centralizada através da Tesouraria do Pan.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Após a redução de capital ocorrida em 18 de setembro de 2013, a BFRE apresenta um volume pouco relevante de ativos, como demonstrado no quadro abaixo.

R\$ mil	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014
Capital de Terceiros (Total)	1.900.633	12.967	3.999
Capital de Terceiros (Empréstimos, Recursos de Aceites e emissão de Títulos e Derivativos)	1.646.287	0	0
Patrimônio Líquido	795.223	35.634	135.514
Nível de Endividamento Total (NET)	2,39	0,36	0,03
Nível de Endividamento Parcial (NEP)	2,07	0	0

NET – Total de Capital de terceiros sobre Patrimônio Líquido.

NEP – Soma de Empréstimos, Recursos de Aceites e emissão de Títulos e Derivativos sobre Patrimônio Líquido.

É permitido o resgate de ações, desde que previamente aprovado em assembleia geral de acionistas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme mencionado no item 10.1.a. acima, a gestão de caixa e investimentos da BFRE é feita de forma centralizada através da Tesouraria do Pan, responsável também pelo controle dos recursos disponíveis para pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

O Pan, por sua vez, tem como política de liquidez a manutenção de um caixa mínimo que garanta o cumprimento de todas as obrigações em um prazo de 90 dias, mesmo em cenários de stress de mercado. Para suportar essa política de liquidez, o Banco conta com o suporte de seus acionistas controladores, BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) e Caixa Participações S.A. (“Caixapar”), com os quais mantém acordos operacionais robustos de longo prazo.

Atualmente, a Companhia não possui compromissos financeiros.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados

Em função da situação atual da BFRE, fontes de financiamento não são necessárias.

e) fontes de financiamento para capital de giro para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar cobertura de deficiência de liquidez

Em função da situação atual da BFRE, fontes de financiamento não são necessárias.

f) Níveis de endividamento bancário, via TVM, e características de tais dívidas

A BFRE não possui qualquer forma de endividamento bancário.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

g) limites de utilização de financiamentos já contratados

Em função da situação atual da BFRE, limites de financiamento não são necessários.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das Demonstrações do Resultado

Comparação entre o exercício social de 2014 e o exercício social de 2013

Segue abaixo a análise vertical e horizontal para o período apresentado:

Em R\$ Mil	2013	AV	2014	AV	AH
Receita Operacional	169.989	100,0%	-	-	-
Recebíveis Imobiliários	150.769	88,7%	-	-	-
Resultado com locação e venda de imóveis	-	0,0%	-	-	-
Benefício Residual em Op.Securitizadas	5.143	3,0%	-	-	-
Receita de Prestação de Serviços	14.077	8,3%	-	-	-
Receita / Despesas Financeiras	(2.271)	-1,3%	625	-	-
Receita Financeira	109.504	64,4%	625	-	-99,4%
Despesa Financeira	(111.775)	-65,8%	-	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	(128.418)	-75,5%	(640)	-	99,5%
Despesas com pessoal	(54.820)	42,7%	(23)	3,6%	99,9%
Outras despesas Administrativas	(60.121)	46,8%	(1.207)	188,6%	98,0%
Despesas de Impostos	(15.170)	11,8%	(2)	0,3%	100,0%
Depreciação e Amortização	(1.648)	1,3%	(95)	14,8%	94,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	3.341	-2,6%	687	-107,3%	-79,4%
Lucro Bruto	39.300	23,1%	(15)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.192)	-7,2%	5	-	-
Lucro Líquido/Prejuízo	27.108	15,9%	(10)	-	-

Atualmente a BFRE não possui atividade operacional e, portanto, as receitas obtidas durante o exercício de 2014 foram basicamente provenientes das aplicações financeiras efetuadas pela Companhia.

Comparação entre o exercício social de 2013 e o exercício social de 2012

Segue abaixo a análise vertical e horizontal para o período apresentado:

Em R\$ Mil	2012	AV	2013	AV	AH
Receita Operacional	338.494	100,0%	169.989	100,0%	-49,8%
Recebíveis Imobiliários	258.886	76,5%	150.769	88,7%	-41,8%
Resultado com locação e venda de imóveis	11.718	3,5%	-	0,0%	-
Benefício Residual em Op.Securitizadas	7.750	2,3%	5.143	3,0%	-33,6%
Receita de Prestação de Serviços	60.140	17,8%	14.077	8,3%	-76,6%
Receita / Despesas Financeiras	(118.149)	-34,9%	(2.271)	-1,3%	-98,1%
Receita Financeira	72.319	21,4%	109.504	64,4%	51,4%
Despesa Financeira	(190.468)	-56,3%	(111.775)	-65,8%	41,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(240.919)	-71,2%	(128.418)	-75,5%	-46,7%
Despesas com pessoal	(92.602)	-27,4%	(54.820)	42,7%	40,8%
Outras despesas Administrativas	(97.984)	-28,9%	(60.121)	46,8%	38,6%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas de Impostos	(27.644)	-8,2%	(15.170)	11,8%	45,1%
Depreciação e Amortização	(2.675)	-0,8%	(1.648)	1,3%	38,4%
Outras receitas (despesas) operacionais	(20.014)	-5,9%	3.341	-2,6%	116,7%
Lucro Bruto	(20.574)	-6,1%	39.300	23,1%	-291,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.263	1,3%	(12.192)	-7,2%	-386,0%
Lucro Líquido/Prejuízo	(16.311)	-4,8%	27.108	15,9%	-266,2%

Os resultados da Companhia no exercício social de 2013 consideravam a consolidação de suas subsidiárias até 18 de setembro de 2013, quando houve uma reestruturação societária que retirou suas subsidiárias de seu controle.

O exercício de 2013, até o momento da reestruturação societária mencionada, foi marcado pelo aumento no volume de securitização. Ao mesmo tempo, a alta demanda por financiamentos imobiliários e Certificados de Recebíveis Imobiliários impactou positivamente o volume de operações da Companhia no período.

Em 2012, o total de receitas operacionais refletiam uma redução no número de emissões de CRIs, visando um aumento no volume de créditos em carteira para securitização de volumes maiores no futuro. Esta estratégia impactou negativamente o resultado de curto prazo, mas permitiu ganhos de escala nas atividades desempenhadas, suportadas também pelas condições macroeconômicas favoráveis e crescente demanda por produtos financeiros de base imobiliária presentes na época.

A demanda por financiamentos imobiliários, Fundos de Investimento Imobiliários e Certificados de Recebíveis Imobiliários também impactaram positivamente o volume de operações da Companhia.

Variações nas Despesas Financeiras eram esperadas, em função da redução do CDI e de taxas melhores no swap da linha do BID, mesmo com um aumento no endividamento da Companhia, conforme demonstrado anteriormente, mantendo a capacidade de concessão de financiamentos e de aquisição de recebíveis para futura securitização da Companhia. Estes recursos, quando disponíveis, também contribuíram para o crescimento das Receitas Financeiras.

Durante o exercício social de 2012, a Companhia manteve o processo de expansão do seu quadro de funcionários e treinamentos que justificavam o aumento das Despesas com Pessoal. Adicionalmente, o aprimoramento de processos e sistemas se manteve de forma contínua durante o período.

i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

A BFRE não possui qualquer forma de empréstimos e financiamentos bancários.

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em função da situação atual da BFRE, não há relacionamento de longo prazo com instituições financeiras.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não há.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos Diretores:

a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Após a redução de capital ocorrida em 18 de setembro de 2013, as receitas da Companhia decorrem de aplicações financeiras.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Após a redução de capital ocorrida em 18 de setembro de 2013, a Companhia não apresenta linhas operacionais de negócio.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro o emissor

Conforme mencionado no item 10.1., a Companhia é atualmente uma *holding* não financeira, sem atividade operacional e, portanto, seus resultados advêm basicamente de aplicações financeiras, cujas receitas variam de acordo com a natureza das aplicações efetuadas pela Companhia.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Após a redução de capital ocorrida de em 18 de setembro de 2013, as receitas da Companhia decorrem de aplicações financeiras.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 30 de outubro de 2009, a BFRE vendeu a totalidade de sua participação na sociedade Cores da Lapa Empreendimento Imobiliário S.A. à outra acionista, Klabin Segall S.A.

Em 16 de dezembro de 2009, os acionistas da Companhia deliberaram um aumento de capital, mediante a emissão de 19.274.585 novas ações, sendo 3.854.917 novas ações ordinárias e 15.419.668 novas ações preferenciais, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Coyote Trail, LLC (“Coyote”) em moeda corrente nacional, em razão da cessão gratuita de direitos de subscrição pela Ourinvest e pela TPG.

Em 15 de janeiro de 2010, a Coyote, por meio do Contrato de Opção de Compra de Ações, exerceu a opção de compra de 5.510.903 ações ordinárias e 22.043.612 ações preferenciais de emissão da Companhia e de titularidade da Ourinvest.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia, através de sua subsidiária BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., vendeu a totalidade de sua participação na sociedade Parque Cidade Incorporações S/A à outra acionista, MB Engenharia S.A.

Em 16 de julho de 2012, a TPG e a Coyote alienaram a totalidade de suas participações na BFRE, representadas por 100% das ações preferenciais emitidas pela Companhia, em negociações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As ações foram adquiridas pela Ourinvest, que aumentou sua participação acionária, passando a ser detentora de 100% do capital social da BFRE. Desta forma, atualmente, a única acionista da Companhia é a Ourinvest.

Em 19 de julho de 2012, a Ourinvest, acionista da BFRE, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a cisão parcial da BFRE com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A. (“BPMB IV”), por meio da qual foi cindido da BFRE e vertido para a BPMB IV o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários. Adicionalmente, na mesma data e após a cisão descrita acima, foram concluídas: (i) a aquisição indireta, pelo Banco Panamericano S.A., de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de origem, financiamento e

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

securitização desenvolvidos pelas controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e Brazilian Securities Companhia de Securitização); e (ii) a aquisição indireta, pelo Banco BTG Pactual S.A., de 100% do capital social da Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários, a qual desenvolve atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação.

Em 18 de setembro de 2013, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a redução de capital por excesso, conforme artigo 173, da Lei nº 6.404/76. A acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A recebeu a título de restituição do capital, os seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities – Companhia de Securitização no valor de R\$ 221.687; (b) participação societária na BMSRII Participações S.A. no valor de R\$ 282.352; e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. no valor de R\$ 187.875, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31 de agosto de 2013.

Conforme mencionado no item 10.1., em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital, mediante aporte do acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A. (“OREH”), no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), através da emissão de 666 novas ações, sendo 222 ações ordinárias, 444 ações preferencias, divididas em 300 ações preferenciais classe A e 144 ações preferenciais classe B, a serem subscritas e integralizadas pela OREH. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$7.661.784,69 (sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) para R\$ 107.661.784,69 (cento e sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) no encerramento do exercício.

c) eventos ou operações não usuais

O evento não usual ocorrido no exercício de 2014 foi o aumento de capital mencionado acima no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ocasionando alteração na composição acionária da Companhia conforme ilustrado no quadro abaixo:

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Saldo em 31/12/2013	17	34	51
Aumento de capital	222	444	666
Saldo em 31/12/2014	239	478	717

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 - Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis:

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, que modificou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa alteração teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Novas normas e interpretações de normas que alteraram as práticas adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sendo requeridas para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010.

Dessa forma, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), e as Interpretações do Comitê de Interpretações de Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC"), bem como com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Imobiliários - CVM.

A descrição detalhada das práticas contábeis e critérios de avaliação utilizados pela Companhia para a elaboração das referidas demonstrações financeiras está apresentada em Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Nota 2 – Resumo das Principais Políticas Contábeis e Critérios de Apuração).

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Conforme descrito no item anterior, as alterações em práticas contábeis mais significativas ocorreram ainda em 2010, com o advento da adoção completa das normas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM (IFRS). Dessa forma, as informações financeiras divulgadas no período de 2010 a 2014 já foram elaboradas de forma uniforme, não havendo impactos significativos em decorrência de eventuais mudanças em práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

O parecer emitido pela Moore Stephens Lima Lucchesi em 18 de fevereiro de 2013, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentou somente uma ênfase relacionada à mudança

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

de controle acionário concluído em 19 de julho de 2012, com a aquisição indireta, pelo Banco Panamericano S.A., de 100% das ações da Companhia.

O parecer emitido pela Moore Stephens Lima Lucchesi em 17 de fevereiro de 2014, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentou somente uma ênfase, relacionada à mudança de controle acionário, conforme já comentado no item 10.1. deste formulário, qual seja:

- i) Em 18 de setembro de 2013, os acionistas da Companhia ("BFRE"), reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a redução de capital por excesso, conforme artigo 173, da Lei nº 6.404/76. A acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A recebeu a título de restituição do capital, os seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities – Companhia de Securitização no valor de R\$ 221.687 mil; (b) participação societária na BMSRII Participações S.A. no valor de R\$ 282.352 mil; e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. no valor de R\$ 187.875 mil, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31 de agosto de 2013. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013, as demonstrações contábeis consolidadas (exceto demonstração do resultado que inclui operações até 31 de agosto de 2013) da Companhia ("BFRE") não incluem valores relativos as empresas Brazilian Securities - Companhia de Securitização, BMSRII Participações S.A. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.
- ii) A Brazilian Finance & Real Estate S.A. mantém em 31 de dezembro de 2013, registrado em seu ativo, créditos tributários ativos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, no montante de R\$ 21.423 mil. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está condicionado à geração de lucros tributáveis futuros. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.
- iii) As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Brazilian Finance & Real Estate S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento no Fundo Premier Realty pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

O parecer emitido pela Moore Stephens Lima Lucchesi em 09 de fevereiro de 2015, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentou duas ênfases, relacionadas a créditos tributários e avaliação de investimento.

Conforme descrito na Nota 10 das Demonstrações Financeiras, a BFRE mantém em 31 de dezembro de 2014, registrado em seu ativo, créditos tributários ativos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

contribuição social e diferenças temporárias, no montante de R\$ 21.425 mil. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está condicionado à geração de lucros tributáveis futuros. A opinião do auditor não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme descrito na Nota 1(b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso específico da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento no Fundo Premier Realty pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A opinião do auditor não está ressalvada em função desse assunto.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Políticas Contábeis Críticas:

As práticas contábeis de maior criticidade, no caso da Companhia, são aquelas sujeitas a estimativas e julgamentos contábeis baseados em premissas, pois podem apresentar, no futuro, resultados diferentes daqueles projetados ou estimados. De acordo com a nossa opinião, as situações que envolvem maior criticidade são:

i) Valor justo dos instrumentos financeiros:

Especificamente no caso de instrumentos financeiros que não possuem seus preços cotados em mercado ativo e, portanto, suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, a mensuração dos respectivos valores justos é efetuada mediante a utilização de modelos internos, baseado em parâmetros de mercado observáveis.

As técnicas de avaliação utilizadas em nossos modelos internos consideram principalmente operações recentes realizadas pela Companhia (características e riscos similares) e fluxos de caixa trazidos ao valor presente. As políticas contábeis descritas nas notas explicativas 2(c) e 2(d), às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definição e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo".

As razões que nos levaram a adotar os referidos modelos internos para apuração do valor justo, quando estes não estão disponíveis ao mercado, são principalmente:

- (a) Os modelos adotados estão alinhados com as práticas usuais de mercado e com as diretrizes regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- (b) Contemplam as melhores informações disponíveis ou observáveis na data das demonstrações financeiras, e, portanto, possibilitam ao leitor das referidas demonstrações um entendimento adequado dos valores apresentados e da real situação financeira desses instrumentos financeiros;

10.5 - Políticas contábeis críticas

- (c) São aplicados de forma uniforme e são revisados periodicamente por área independente (Riscos de Mercado), bem como pelos nossos auditores independentes.

ii) Constituição de créditos tributários:

De acordo com as informações divulgadas na nota 2(l), a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As notas explicativas 10 (b) e 10 (c) apresentam informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações.

As razões que nos levaram a optar pelo registro dos referidos créditos tributários são principalmente:

- (a) Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários, portanto, proporciona ao leitor das demonstrações contábeis a melhor estimativa do impacto que esses créditos podem acarretar na situação financeira e patrimonial da Companhia;
- (b) As projeções de resultados futuros são elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, e são revisadas e aprovadas pelos órgãos da administração da companhia e, também da companhia controladora, ou seja, refletem a real expectativa da administração;
- (c) A prática adotada está de acordo com as diretrizes regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no âmbito da Instrução CVM 371/2002.

iii. Baixa de ativos financeiros:

De acordo com a informação divulgada na nota 2 (e), os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRIs e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o período de competência.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A Administração, ciente da importância da manutenção de adequados padrões de governança, gerenciamento e controle, empenha contínuos esforços para seu aperfeiçoamento, estabelecendo diretrizes alinhadas às demandas regulatórias e às boas práticas de mercado e aprimorando os processos vigentes a essas diretrizes.

Neste sentido, a Diretoria de Controladoria e Compliance tem promovido alterações e implementações nos controles internos buscando obter e manter segurança e confiabilidade nos registros contábeis e gerenciais do Banco e das empresas ligadas, inclusive a BFRE; e, ao mesmo tempo, uma revisão e adequação da estrutura, processos e contratos vigentes, resultando na melhoria dos padrões de gestão e no ganho de eficiência.

Alinhada aos preceitos de Governança Corporativa, a Companhia conta com a área de Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria, e que possui atuação independente e desenvolve suas atividades considerando às boas práticas e procedimentos recomendados pelo Instituto Internacional de Auditores Internos – IIAI, e com base em planejamento anual, devidamente aprovado pelo Comitê de Auditoria. O foco de seus trabalhos consiste na avaliação dos processos, procedimentos e sistemas.

Fundamentando-se nos relatos da Auditoria Interna, do Comitê de Auditoria, nos reportes gerenciais da Diretoria e nos processos estruturados, a Administração entende que os controles internos relacionados às Demonstrações Contábeis da Companhia para 31 de dezembro de 2014 fornecem razoável segurança à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os critérios definidos pelo COSO – *Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework* e as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos da BFRE, referente ao ano de 2014, pela auditoria independente não identificou ou reportou deficiências significativas, riscos ou descumprimentos relevantes de normas legais ou regulamentares.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

A Companhia não realizou ofertas publicas de distribuição de valores.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e propósito da operação

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Principais elementos do Plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos):

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há investimentos de novos negócios ou operacionais em andamento ou previstos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

Não aplicável

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços):

Não aplicável

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições de cada órgão e comitê

A Brazilian Finance & Real Estate S.A. conta atualmente com um Conselho de Administração composto por três conselheiros, uma Diretoria composta por três diretores e um Conselho Fiscal não instalado.

Compete ao Conselho de Administração:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II. eleger e destituir os diretores da Companhia;
- III. atribuir a cada diretor suas respectivas funções, observado o disposto no estatuto social;
- IV. deliberar sobre a convocação da assembleia geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- VI. escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- VII. convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- VIII. apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à assembleia geral;
- IX. aprovar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia, suas controladas e coligadas, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar sua execução;
- X. aprovar a realização de qualquer investimento de valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto investimentos no curso normal dos negócios;
- XI. aprovar a realização de venda, aluguel, cessão ou transferência de ativos de valor total superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto quando realizados no curso normal dos negócios;
- XII. aprovar a constituição de quaisquer ônus ou garantias sobre ativos de valor que supere, individual ou conjuntamente, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com exceção de operações realizadas no curso normal dos negócios, e aprovar a outorga de fianças ou avais, exceto se tais garantias forem concedidas em benefício de operações de subsidiárias da Companhia;
- XIII. deliberar sobre a abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país ou no exterior;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- XIV. apresentar à assembleia geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades;
- XV. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º do estatuto social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, bem como a respeito do resgate de ações preferenciais classe A ou classe B;
- XVI. outorgar opção de compra ou subscrição de ações ou *units* a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos de planos aprovados em assembleia geral;
- XVII. submeter à assembleia geral ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- XVIII. distribuir entre os conselheiros e diretores, individualmente, parcela da remuneração anual global dos administradores fixada pela assembleia geral;
- XIX. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- XX. deliberar, por delegação da assembleia geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures;
- XXI. elaborar a política interna da Companhia relativa à divulgação de informações ao mercado, se exigida;
- XXII. solicitar informações sobre os contratos celebrados, ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos relacionados à Companhia;
- XXIII. dispor, observadas as normas do estatuto social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;
- XXIV. autorizar o levantamento de demonstrações financeiras e a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio em períodos iguais ou menores a 6 (seis) meses, à conta do lucro apurado nessas demonstrações financeiras ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial anual ou semestral, na forma prevista no estatuto social e na legislação aplicável, e *ad referendum* da assembleia geral que aprovar as contas daquele exercício social;
- XXV. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela diretoria;
- XXVI. aprovar a cisão, incorporação, reorganização ou fusão envolvendo subsidiárias da Companhia, bem como a aquisição de outras sociedades, ou o cancelamento de registro de companhia aberta;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- XXVII. aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às sociedades controladas ou coligadas da Companhia;
- XXVIII. aprovar qualquer movimento que possa resultar na redução da participação societária detida pela Companhia em suas subsidiárias, exceto subsidiárias de propósito específico;
- XXIX. aprovar a criação ou a emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações;
- XXX. aprovar a contratação de empréstimos ou financiamentos pela Companhia que, na data de sua contratação e imediatamente após essa contratação, resultem em um índice de dívida total consolidada sobre patrimônio líquido consolidado que seja superior a 5:1;
- XXXI. aprovar celebração de acordos, transação, renúncia de direitos, cessão ou conciliação em processos contenciosos relevantes envolvendo a Companhia;
- XXXII. aprovar celebração de qualquer contrato ou acordo que restrinja a liberdade da Companhia de ingressar em qualquer linha de negócios, ou de competir em qualquer linha de negócios com qualquer pessoa (salvo nos casos de contratos de administração de recursos que contenha exclusividade durante o período de investimento); e
- XXXIII. aprovar a contratação ou a alteração de condições das operações ou negócios com partes relacionadas aos diretores, aos acionistas e à Companhia, com exceção de (i) operações já contratadas com partes relacionadas; (ii) prestação de serviços e operações entre a Companhia e suas subsidiárias e entre as suas subsidiárias, observadas as exigências previstas na lei e em regulamentos e (iii) investimentos realizados por partes relacionadas em valores mobiliários ofertados no curso normal dos negócios da Companhia, observando condições de mercado.

Compete à Diretoria:

- I. cumprir e fazer cumprir o estatuto social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- II. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- III. propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia, suas controladas e coligadas, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia; e
- IV. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da assembleia geral ou do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

b. data de instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Não há Conselho Fiscal instalado ou comitês criados.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não foram estabelecidos mecanismos formais para avaliação de desempenho de cada órgão.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

- a. caberá ao Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações das assembleias gerais e do Conselho de Administração; (ii) coordenar as atividades dos demais diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste estatuto social; (iii) superintender todas as operações da Companhia, acompanhando seu andamento; (iv) convocar e presidir as reuniões da diretoria; (v) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais participar; (vi) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração, a atribuição de funções a cada diretor no momento de sua respectiva eleição; (vii) indicar o substituto dos demais diretores nos casos de ausência ou impedimento temporário; (viii) indicar o substituto provisório dos demais diretores nos casos de vacância; e (ix) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

- b. caberá ao Diretor Vice-Presidente: (i) auxiliar o Diretor Presidente no exercício das suas funções; (ii) coordenar e dirigir as atividades atribuídas à Diretoria administrativa financeira da Companhia e à área de planejamento; (iii) coordenar e supervisionar o desempenho e os resultados das áreas de controladoria e finanças de acordo com as metas estabelecidas; (iv) otimizar e gerir as informações e os resultados econômico-financeiros da Companhia; (v) supervisionar o orçamento da Companhia de acordo com os planos e programas estabelecidos; (vi) administrar recursos financeiros, a receita operacional e não operacional; (vii) coordenar a implantação de sistemas financeiros e de informação gerencial; (viii) analisar os registros contábeis das transações em que a Companhia seja parte; (ix) promover estudos e propor alternativas para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia; (x) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (xi) apresentar e submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras, bem como toda e qualquer matéria que depender de sua apreciação ou deliberação; e (xii) exercer outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- c. caberá ao Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (ii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no estatuto social pelos acionistas da Companhia e reportar à assembleia geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; e (iii) exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria

Não foram estabelecidos mecanismos formais para avaliação de desempenho para membros do Conselho de Administração e da Diretoria

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de convocação:

A primeira convocação é feita com 15 dias de antecedência da data de realização da assembléia geral e a segunda com 8 dias de antecedência.

b. Competências:

Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

I. Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

II. Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

III. Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

IV. Aprovar a utilização dos recursos obtidos pela Companhia em emissões de ações de modo diverso daquele proposto quando da realização da respectiva emissão;

V. Aprovar alterações relevantes nas atividades desenvolvidas pela Companhia;

VI. Realizar qualquer alteração na estrutura de capital, desmembramentos de ações, grupamento, conversão de classes de ações ou ações similares que afetem o capital social, as ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, com exceção (i) de emissões adicionais de ações dentro do limite do capital autorizado, (ii) do resgate das ações preferenciais classe A ou classe B e (iii) das conversões de ações preferenciais classe A ou classe B em preferenciais classe C previstas no Estatuto;

VII. Aprovar qualquer redução de capital ou aquisições para tesouraria ou posterior cancelamento de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da própria Companhia;

VIII. Realizar qualquer alteração do estatuto social;

IX. Aprovar a cisão, incorporação, reorganização ou fusão da Companhia ou pela Companhia;

X. Aprovar o cancelamento de registro de companhia aberta;

XI. Aprovar o pagamento ou declaração de dividendos ou distribuições (por qualquer meio, inclusive recompra de ações, mas excetuado o pagamento decorrente do resgate de ações preferenciais classe A ou classe B, que não depende de deliberação assemblear);

XII. Aprovar a prática pela Companhia de atividades fora das usualmente praticadas ou a cessação da prática das atividades e negócios que constituem as atividades principais da Companhia;

XIII. Aprovar a liquidação, reorganização, dissolução, encerramento ou pedido voluntário de falência;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

XIV. Aprovar a modificação no número de membros do Conselho de Administração ou as regras de eleição de seus membros;

XV. Aprovar qualquer associação, joint venture ou arranjos similares com exceção daqueles realizados no curso normal dos negócios (excetuados expressamente os arranjos realizados no curso normal dos negócios por subsidiárias de propósito específico para o fim exclusivo de tornarem-se titulares de ativos imobiliários, empréstimos securitizados ou outros investimentos relacionados às atividades e negócios habituais da Companhia);

XVI. Aprovar a alteração do exercício social da Companhia ou de políticas contábeis, salvo se exigida por lei ou de acordo com as práticas contábeis brasileiras;

XVII. Aprovar a remuneração global dos Administradores; e

XVIII. Aprovar o compromisso pela Companhia, sob qualquer forma, de praticar quaisquer das ações anteriormente listadas.

c. Endereço (físico ou eletrônico) no qual os documentos relativos às assembleias gerais estão disponíveis:

Endereço físico: Avenida Paulista, nº 1.374, 15º andar, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP: 01310-100.

Endereço eletrônico: www.bfre.com.br e www.cvm.gov.br.

d. Identificação e administração de conflito de interesses:

Além das hipóteses previstas na legislação pertinente aos casos em que houver conflito de interesses entre os acionistas da Companhia e a Companhia, o Grupo Brazilian Finance & Real Estate também previu hipóteses de conflito de interesses entre os seus colaboradores e seus familiares com a Companhia e seus clientes.

Desta forma, a Companhia listou algumas situações que caracterizam conflito de interesses em seu Código de Ética, bem como as providências a serem tomadas para solução destes conflitos, caso venham a ocorrer.

e. Procurações solicitadas pela administração para o exercício do direito de voto:

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, pode o acionista ser representado por seu procurador validamente constituído para o fim específico de exercer o direito de voto na deliberação da Companhia.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações:

Nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, devendo, neste casos, apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não possui fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite suas assembleias ao vivo do vídeo e/ou áudio.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Companhia nunca necessitou de mecanismos para referida inclusão, uma vez que todas as assembleias da Companhia são regulares e as matérias submetidas à deliberação são aprovadas por unanimidade, sem a necessidade de novas inclusões.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2014	Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo - SP	26/02/2015
		Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	26/02/2015
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo - SP	27/02/2014
		Diário Oficial do Estado de Sao Paulo - SP	27/02/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio e Indústria - SP	22/02/2013
		Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	22/02/2013

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. Frequência das reuniões

O Conselho de Administração se reúne, no mínimo, 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

b. Exercício do Direito de Voto, segundo o Acordo de Acionistas

A Companhia está vinculada ao Acordo de Acionistas do Banco Pan S.A., uma vez que se caracteriza como Companhia Investida do referido banco. Tal Acordo de Acionistas contém disposições que estabelecem restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração, conforme descrito no item 15.5 “d” deste Formulário de Referência.

c. Regras de identificação e administração de conflito de interesses:

A Companhia cumpre com o estabelecido pela legislação e regulamentação quanto à identificação e administração de conflitos de interesses, conforme descrito no item 16.3 deste Formulário de Referência.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Eduardo Nogueira Domeque 260.764.368-67	39 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	24/01/2014 24/01/2014	RCA após AGO 2015 Sim
José Luiz Trevisan Ribeiro 462.802.359-04	52 Economista	Pertence apenas à Diretoria 11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	29/04/2014 29/04/2014	RCA após AGO 2015 Sim
Não há.				
Leandro de Azambuja Micotti 167.898.058-77	40 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração	24/01/2014 24/01/2014	AGO 2015 Sim
Paulo Alexandre da Graça Cunha 109.628.468-56	43 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/01/2014 24/01/2014	AGO 2015 Sim
Jose Luiz Acar Pedro 607.571.598-34	60 Administrador de Empresas e Contador	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	24/01/2014 24/01/2014	AGO 2015 Sim

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Eduardo Nogueira Domeque - 260.764.368-67

Formado em Administração de Empresas pela EAESP/FGV, possui mais de 15 anos de experiência no mercado financeiro. Ingressou no Banco BTG Pactual em 1997, onde exerceu diversas posições gerenciais, entre elas as de co-responsável pela Área de Relacionamento com Clientes Institucionais, Renda Fixa, Moedas e Commodities, responsável pela Área de Relacionamento com Clientes Institucionais e responsável pela Mesa de Clientes Corporativos. Foi eleito Diretor do Banco Panamericano em 05/04/2011. Desde maio de 2012 é suplente do Conselho de Administração da Brazilian Finance & Real Estate S.A. Não existe nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador.

José Luiz Trevisan Ribeiro - 462.802.359-04

Formado em Economia pela Faculdade de Plácido e Silva, com pós graduação em Finanças e Administração de Empresas pela FAE Centro Universitário e MBA em Controladoria pela Universidade de São Paulo. Ingressou na Caixa Econômica Federal em 1981, onde exerceu diversas posições gerenciais, entre elas as de Superintendente Nacional da área de desenvolvimento e estratégias empresariais e Diretor da área de Riscos. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Leandro de Azambuja Micotti - 167.898.058-77

Formado em Direito pela Universidade Mackenzie, com especialização em Direito Empresarial pela PUC/SP, possui mais de 20 anos de experiência profissional, tendo ingressado no Banco BTG Pactual em 1997, onde ocupou diversas posições gerenciais, sendo a última como responsável pelo Departamento Jurídico no Brasil. Foi eleito Diretor do Banco Panamericano em 05/04/2011. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Paulo Alexandre da Graça Cunha - 109.628.468-56

Formado Engenharia da Computação pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), possui mais de 18 anos de experiência no Banco BTG Pactual, onde foi, desde 2009, responsável pelas áreas de estruturação e gestão da carteira proprietária de securitizações de recebíveis. Antes disso, foi por quase dois anos Diretor do Banco Matone, atuando como responsável pelas áreas de crédito consignado e imobiliário. Ingressou inicialmente no Banco Pactual em 1992, tendo trabalhado no desenvolvimento de sistemas, na área comercial corporativa, no desenvolvimento de produtos para a área de Asset Management e como responsável pelo Private Banking. Entre 2002 e 2007, atuou no desenvolvimento de produtos para todos os negócios do Pactual. Foi eleito Diretor do Banco Panamericano em 05/04/2011. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Jose Luiz Acar Pedro - 607.571.598-34

Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas de Santana e em Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu, atua no mercado financeiro há aproximadamente 40 anos. Iniciou sua carreira em 1971 no BCN, sendo eleito Diretor em 1986, Vice-Presidente Executivo em 1996 e Diretor-Presidente em 1999. Em 2003, foi eleito Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco, onde atuou também como membro do Conselho Executivo. Entre as posições que ocupou estão ainda, entre outras, a de Diretor do Banco Alvorada, Diretor Vice-Presidente do Banco BankPar, Diretor do Banco Boa Vista Interatlântico, Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros e Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco BBI, Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco Cartões, Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco Financiamentos, Diretor Vice-Presidente da BEM DTVM, Diretor Vice-Presidente da Bradesco Administradora de Consórcios e Diretor Vice-Presidente do Banco IBI. Não existe nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há comitês

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações familiares.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2014Administrador do Emissor

José Luiz Acar Pedro

607.571.598-34

Subordinação

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Banco Pan S.A.

59.285.411/0001-13

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Jose Luiz Acar Pedro

607.571.598-34

Subordinação

Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Ourinvest Real Estate Holding S.A.

07.951.440/0001-73

Diretor

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Eduardo Nogueira Domeque

260.764.368-67

Subordinação

Controlador Indireto

Diretor de Relações com Investidores

Pessoa Relacionada

Banco Pan S.A.

59.285.411/0001-13

Diretor

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Eduardo Nogueira Domeque Diretor de Relações com Investidores	260.764.368-67	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Ourinvest Real Estate Holding S.A. Diretor	07.951.440/0001-73		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Leandro de Azambuja Micotti Vice Presidente do Conselho de Administração	167.898.058-77	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u> Banco Pan S.A. Diretor	59.285.411/0001-13		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Leandro de Azambuja Micotti Vice Presidente do Conselho de Administração	167.898.058-77	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Ourinvest Real Estate Holding S.A. Diretor	07.951.440/0001-73		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Paulo Alexandre da Graça Cunha Diretor	109.628.468-56	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Banco Pan S.A.	59.285.411/0001-13		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Jose Luiz Trevisan Ribeiro	462.802.359-04	Subordinação	Controlador Indireto
Diretor Vice-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Pan S.A	59.285.411/0001-13		
Diretor de Controladoria e Compliance			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólice de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não há.

12.12 - Outras informações relevantes

Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e o comprometimento dos seus profissionais, por meio da adoção de política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos diretores da Companhia segue padrões de mercado, sendo paga na forma de pró-labore.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é baseada nas responsabilidades de cada membro e nas práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional a todos os níveis da Diretoria.

b. Composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta por pró-labore mensal.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta exclusivamente por pró-labore.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

O valor da remuneração dos Diretores da Companhia é calculado levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado e o nível de competitividade da Companhia.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

Remunerar os profissionais de acordo com a prática de mercado e o nível de competitividade da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Os indicadores de desempenho para o pagamento de pró-labore têm como embasamento a experiência e a responsabilidade do cargo de cada administrador.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A Companhia busca incentivar seus administradores a sempre perseguirem maior eficiência em seu trabalho e, conseqüentemente, a gerarem melhores resultados para a Companhia. Adicionalmente, tendo em vista que a remuneração dos Diretores da Companhia é calculada levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado, a Companhia busca reter os melhores profissionais na Companhia e estimula a melhoria dos resultados, o que se alinha aos interesses de longo prazo da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não aplicável.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não aplicável.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/01/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		3,00		3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		1.190.000,00		1.190.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		1.190.000,00		1.190.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		0,08		0,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		18.810,00		18.810,00
Benefícios direto e indireto		5.050,00		5.050,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		23.860,00		23.860,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		1,66		1,66
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		634.552,09		634.552,09
Benefícios direto e indireto		135.180,00		135.180,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		769.732,09		769.732,09

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		4,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		1.454.665,77		1.454.665,77
Benefícios direto e indireto		135.180,23		135.180,23
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		290.933,15		290.933,15
Descrição de outras remunerações fixas		Contribuições para o INSS pagas pelo empregador		
Remuneração variável				
Bônus		4.675.000,00		4.675.000,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		935.000,00		935.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		7.490.779,15		7.490.779,15

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Não aplicável.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não há.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não aplicável.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	0,08	1,66	4,00
Valor da maior remuneração(Reais)	18.810,00	225.720,00	1.391.292,73
Valor da menor remuneração(Reais)	18.810,00	225.720,00	891.292,73
Valor médio da remuneração(Reais)	18.810,00	225.720,00	1.158.743,15

Observação

Diretoria Estatutária

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive conseqüências financeiras para a Companhia):

Não aplicável.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não aplicável.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não aplicável.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Descrição dos recursos humanos da Companhia, fornecendo as seguintes informações

A Companhia não desempenha, no momento, atividades operacionais.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Alterações relevantes da descrição do item 14.1:

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia

A Companhia não desempenha, no momento, atividades operacionais.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Relações entre a Companhia e sindicatos:

O nosso relacionamento com os Sindicatos é pautado pelo diálogo, buscando sempre o acordo para melhores condições de trabalho. Nossa Companhia e suas subsidiárias não possuem histórico de greve, sendo que consideramos a nossa relação com esses sindicatos satisfatória.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Ourinvest Real Estate Holding S.A.						
07.951.440/0001-73	Brasileira-SP	Sim	Sim	18/09/2013		
	17	100,000000%	33	97,058824%	50	98,039216%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Banco Panamericano S.A.						
59.285.411/0001-13		Não	Não	18/09/2013		
	0	0,000000%	1	2,941176%	1	1,960784%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 26/07/2011						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	17	100,000000%	34	100,000000%	51	100,000000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Ourinvest Real Estate Holding S.A.				07.951.440/0001-73		
Banco Panamericano S.A.						
59.285.411/0001-13	Brasileira-SP	Não	Sim	19/07/2012		
140.471.039	100,000000	29.113.171	100,000000	169.584.210	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
140.471.039	100,000000	29.113.171	100,000000	169.584.210	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Panamericano S.A.				59.285.411/0001-13		
BPSA Holdco LLC (TPG Axon)						
15.223.048/0001-36	Brasileira	Não	Não	11/06/2012		
0	0,000000	30.095.978	12,404949	30.095.978	5,624617	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
BTG Pactual S.A.						
30.306.294/0001-45	Brasileira	Sim	Sim	11/06/2012		
149.156.344	51,000003	33.114.219	13,649006	182.270.563	34,064420	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Caixa Participações S.A.						
10.744.073/0001-41	Brasileira	Sim	Não	11/06/2012		
143.307.049	48,999995	54.802.722	22,588565	198.109.771	37,024599	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
7	0,000002	124.599.756	51,357480	124.599.763	23,286364	
TOTAL						
292.463.400	100,000000	242.612.675	100,000000	535.076.075	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual S.A.				30.306.294/0001-45		
Andre Santos Esteves						
857.454.487-68	Brasileira	Não	Sim			
8.785.866	0,642005	17.571.732	1,372903	26.357.598	0,995227	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
BTG Pactual Holding S.A.						
	Brasileira	Não	Sim	30/04/2012		
1.145.481.202	83,703168	833.850.404	65,149856	1.979.331.606	74,736883	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
214.236.932	15,654827	428.473.864	33,477241	642.710.796	24,267890	
TOTAL						
1.368.504.000	100,000000	1.279.896.000	100,000000	2.648.400.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG Pactual Holding S.A.					
Andre Santos Esteves					
857.454.487-68	Brasileira	Não	Sim		
255.306.296	57,123769	0	0,000000	255.306.296	28,840352
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
191.629.021	42,876231	438.304.567	100,000000	629.933.588	71,159648
TOTAL					
446.935.317	100,000000	438.304.567	100,000000	885.239.884	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/12/2014
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Preferencial Classe B	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4 Organograma dos acionistas

A inclusão do organograma é facultativa e, dessa forma, optamos por não incluí-lo.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

a. partes

Acionistas: (i) Banco BTG Pactual S.A. e (ii) Caixa Participações S.A. (“Caixapar”)

Intervenientes Anuentes: (i) Banco Pan S.A. e (ii) Companhias Investidas: Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. e Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

O Acordo de Acionista da Companhia se aplica a qualquer sociedade na qual o Banco Pan detenha ou venha a deter, a qualquer tempo, direta ou indiretamente, o controle (“Companhias Investidas”). Dessa forma, atualmente, além dos intervenientes anuentes acima citados, são consideradas Companhias Investidas: (i) Panserv Prestadora de Serviços Ltda.; (ii) Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.; (iii) Ourinvest Real Estate Holding S.A.; (iv) Brazilian Finance & Real Estate S.A.; (v) BMSR II Participações S.A.; (vi) Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária; (vii) Brazilian Securities Companhia de Securitização; e (viii) BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.

b. data de celebração

Acordo de Acionistas celebrado em 31 de janeiro de 2011. Em 10 de setembro de 2014, foi celebrado o 1º Aditamento, bem como consolidação do Acordo de Acionistas.

c. prazo de vigência

O Acordo de Acionistas vigorará até 01 de fevereiro 2019, renovável automaticamente por 08 (oito) anos, uma única vez, salvo se a Caixapar notificar o BTG Pactual até 31 de janeiro 2018, da sua intenção de não renovar o Acordo de Acionistas. Os direitos e obrigações das partes dispostas no Capítulo II (Eficácia das Disposições e Controle), Capítulo III (Exercício do Direito de Voto), Capítulo IV (Administração do Banco) e no Capítulo VI (Prioridade em Ofertas Públicas) deixarão de vigorar na data em que qualquer um dos Acionistas reduzir a sua participação abaixo de 25% do capital votante do Banco Pan.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Nos termos do Acordo de Acionistas ao qual a Companhia aderiu como Companhia Investida, todo e qualquer Assunto Relevante, conforme definido abaixo, de competência de Assembleia Geral ou de reunião do Conselho de Administração da Companhia será submetido à reunião prévia em que os acionistas do Banco BTG Pactual, de um lado, e a Caixapar, do outro, decidirão acerca da matéria por consenso. Tal reunião prévia obrigatoriamente precederá à referida Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração da Companhia em que o Assunto Relevante for discutido.

As seguintes matérias de competência das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração da

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Companhia serão objeto de deliberação dos acionistas em reunião prévia: **(i)** qualquer tipo de reorganização societária envolvendo o Banco Pan ou as Companhias Investidas; **(ii)** alteração do objeto social do Banco Pan ou das Companhias Investidas; **(iii)** alteração da competência dos órgãos sociais previstos no estatuto social do Banco Pan ou das Companhias Investidas; **(iv)** alteração do número de membros do Conselho de Administração do Banco ou das Companhias Investidas; **(v)** qualquer alteração do capital social das Companhia Investidas; **(vii)** qualquer emissão de valores mobiliários representativos de dívida, conversíveis ou não em ações de emissão do Banco Pan e das Companhias Investidas, em valores não previstos no orçamento anual do Banco Pan; **(viii)** resgate, amortização ou aquisição de ações do Banco Pan e das Companhias Investidas para cancelamento ou manutenção em tesouraria; **(ix)** mudanças nas características e direitos das ações emitidas pelo Banco Pan ou pelas Companhias Investidas; **(x)** redução do dividendo obrigatório previsto no estatuto social do Banco Pan ou das Companhias Investidas; **(xi)** distribuição de dividendos em montante que supere o dividendo obrigatório previsto no estatuto social do Banco Pan ou das Companhias Investidas; **(xii)** fixação do prazo para pagamento de dividendos distribuídos pelo Banco Pan ou pelas Companhias Investidas; **(xiii)** requerimento de auto falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou dissolução, cessação do estado de liquidação e extinção do Banco Pan ou das Companhias Investidas, bem como eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação; **(xiv)** prática de qualquer ato de liberalidade pela diretoria do Banco Pan ou das Companhias Investidas, fora do curso normal dos negócios do Banco Pan ou das Companhias Investidas e cujo valor individual, ou agregado, considerando o período de 1 ano, supere a quantia R\$100.000,00 (cem mil reais), corrigida pela variação do IGPM – Índice Geral de Preços no Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo, a partir da presente data. Para fins do Acordo de Acionistas, entender-se-á por “curso normal dos negócios” as atividades regulares do Banco Pan ou das Companhias Investidas compreendidas em seu objeto social e consistentes, cumulativamente, com as práticas passadas ordinariamente adotadas pelo Banco Pan e as práticas usuais adotadas por instituições financeiras do mesmo porte, bem como pelas Companhias Investidas; **(xvi)** aprovação anual das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do Banco Pan ou das Companhias Investidas, incluindo a proposta de destinação do resultado; **(xvii)** prestação de garantias reais pelo Banco Pan, ou pelas Companhias Investidas, no curso normal dos negócios do Banco Pan ou das Companhias Investidas, em valor por operação, superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Banco Pan ou da Companhia Investida, ou prestação de garantias reais fora do curso normal dos negócios, independentemente do valor de tais garantias. Para os fins do aqui disposto, as operações de cessões de crédito e alienação fiduciária de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios que envolverem prestação de garantias reais no curso normal dos negócios não estarão

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

sujeitas à deliberação dos acionistas em reunião prévia; **(xviii)** aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo fixo do Banco Pan ou das Companhias Investidas que representem, por operação, mais de 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Banco Pan ou das Companhias Investidas; **(xix)** criação de controladas e agências do Banco Pan ou das Companhias Investidas; **(xx)** quaisquer operações do Banco Pan ou das Companhias Investidas, de um lado, com qualquer acionista, ou partes relacionadas de qualquer acionista ou partes relacionadas de qualquer administrador do Banco Pan ou de qualquer acionista, de outro lado, exceto em relação as operações relacionadas à veiculação de material publicitário e outras referências do Banco Pan e das Companhias Investidas em mídia televisiva, cujo valor individual ou agregado em um conjunto de atos relacionados no período de 1 ano não supere 2% (dois por cento) do patrimônio líquido do Banco Pan ou da Companhia Investida, e quaisquer outras operações desta natureza cujo valor individual, ou agregado em um conjunto de atos relacionados no período de 1 (um) ano não supere R\$2,0 milhões, corrigidos pela variação do Índice Geral de Preços no Mercado (“IGPM”), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo, a partir da presente data, sem prejuízo do disposto nos itens (xxiii) e (xxiv) abaixo; **(xxi)** aprovação de participações do Banco Pan ou das Companhias Investidas em outras sociedades cujo valor, por operação, seja superior a 3% do patrimônio líquido do Banco Pan ou das Companhias Investidas, conforme o caso; e **(xxii)** eleição e ou substituição dos auditores independentes do Banco Pan ou das Companhias Investidas; **(xxiii)** alteração, aditamento, prorrogação, modificação ou qualquer tipo de entendimento sobre o Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário e outros Avenças, firmado em 30 de setembro de 2007, entre a Companhia, de um lado, e a Panamericano Prestadora de Serviços Ltda., do outro lado, bem com a decisão sobre o exercício da Opção de Compra de Ativos prevista na Cláusula 5.1 do referido Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário e outros Avenças, exceto aditamentos para pagamento de comissões, desde que a variação da comissão paga não seja superior a 20% (vinte por cento) da média paga nos 12 (doze) meses imediatamente antecedentes; **(xxiv)** alteração, aditamento, prorrogação, modificação ou qualquer tipo de entendimento sobre o Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário e outros Avenças, firmado em 30 de setembro de 2007, entre a Companhia, de um lado, e a Panamericano Administradora de Cartões de Crédito Ltda., do outro lado, bem como a decisão sobre o exercício da Opção de Compra de Ativos prevista na Cláusula 5.1 do referido Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário e outros Avenças, exceto aditamentos para pagamento de comissões, desde que a variação da comissão paga não seja superior a 20% da média paga nos 12 (doze) meses imediatamente antecedentes; e **(xxv)** aprovação do orçamento anual e o planejamento plurianual estratégico dos negócios do Banco e das Companhias Investidas

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

realizados anualmente para um período subsequente de 5 (cinco) anos (“Plano de Negócios”).

As deliberações em reunião prévia somente serão tomadas pela unanimidade dos acionistas, observadas as demais cláusulas do Acordo de Acionistas.

Caso os acionistas: **(i)** não decidam definitivamente aprovar ou rejeitar por consenso qualquer assunto submetido à reunião prévia; ou **(ii)** não realizem ou não concluem validamente uma reunião prévia para deliberar por consenso sobre qualquer assunto que requeira uma reunião prévia, os representantes dos acionistas na Assembleia Geral da Companhia, os representantes da Companhia na Assembleia Geral das Companhias Investidas ou os membros do conselho de administração indicados pelas partes retirarão tais matérias da pauta ou, se não for possível suspender a assembleia geral da Companhia ou a reunião do conselho de administração, os acionistas votarão na assembleia geral da Companhia, ou os conselheiros indicados pelos acionistas votarão na respectiva reunião do Conselho de Administração, para rejeitar qualquer decisão ou deliberação acerca da matéria.

A fim de permitir a superação do impasse, representantes graduados dos acionistas deverão se reunir 5 (cinco) dias após a reunião prévia em que tenha surgido o impasse para buscar amigavelmente e de boa fé um consenso com o objetivo de resolver amigavelmente a divergência acerca do impasse. Caso persista o dissenso acerca do impasse, os acionistas acordam em não colocar novamente a matéria em pauta para deliberação em Assembleia Geral da Companhia, bem como comprometem-se a fazer com que os representantes por eles indicados para o Conselho de Administração também não coloquem a matéria referente ao impasse para deliberação no Conselho de Administração. Na hipótese de não atingirem um consenso especificamente com relação à aprovação do Plano de Negócios, prevalecerá o Plano de Negócios vigente até então, sendo que os valores constantes do Plano de Negócios deverão ser corrigidos com base na variação do IPCA/IBGE do período.

Sem prejuízo do disposto em cláusulas específicas do Acordo de Acionistas, ou se quórum maior for exigido pela Lei das Sociedades por Ações, todas as deliberações em Assembleia Geral da Companhia serão tomadas pelo voto da maioria das ações com direito a voto presentes às referidas Assembleias, e, no caso das reuniões do Conselho de Administração, as deliberações serão tomadas pela maioria dos conselheiros presentes à referida reunião. A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações em Assembleia Geral da Companhia.

Os acionistas deverão, obrigatoriamente, comparecer às Assembleias Gerais da Companhia, a fim de que seja assegurado o quórum necessário de instalação das mesmas. O não comparecimento à Assembleia Geral ou às reuniões do Conselho de Administração da

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Companhia, bem como as abstenções de voto de qualquer acionista ou de membro do Conselho de Administração por ele indicado, assegura aos demais acionistas o direito de votar com as ações vinculadas pertencentes ao acionista ausente ou omissa e, no caso de membro do Conselho de Administração da Companhia, pelo administrador eleito ou indicado com o voto do acionista prejudicado, em ambos os casos conforme definido em reunião prévia dos acionistas.

Para fins do art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, cada acionista outorga aos demais acionistas mandato irrevogável e irretroatável, nos termos do art. 684 do Código Civil, com validade até a data em que qualquer dos acionistas reduzir a sua participação abaixo de 25% (vinte e cinco por cento) do capital votante na controladora do grupo em que a Companhia está inserida, a saber, o Banco Pan S.A., para o exercício do direito de voto das ações vinculadas, em quaisquer Assembleias Gerais da Companhia com o objetivo exclusivo de dar cumprimento à instrução de voto decorrente da reunião prévia, caso qualquer dos acionistas esteja ausente ou se abstenha de votar ou caso o presidente da Assembleia Geral da Companhia desconsidere o voto lançado em desacordo com o estabelecido em reunião prévia ou em desconformidade com o Acordo de Acionistas.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Não há cláusulas relativas à indicação de administradores para a Companhia.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Não há cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las para a Companhia.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração

A resposta "d" deste item completa as informações referentes às cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 31 de maio de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Companhia a conversão da totalidade das 5.638.454 (cinco milhões, seiscentas e trinta e oito mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia detidas pelo acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A. em 5.638.454 (cinco milhões, seiscentas e trinta e oito mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, bem como a conversão da totalidade das 21.408.230 (vinte e um milhões, quatrocentas e oito mil, duzentas e trinta) ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo acionista TPG-Axon BFRE Holding LLC e a totalidade das 9.786.325 (nove milhões, setecentas e oitenta e seis mil, trezentas e vinte e cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo acionista Coyote Trail LLC, em 21.408.230 (vinte e um milhões, quatrocentas e oito mil, duzentas e trinta) e 9.786.325 (nove milhões, setecentas e oitenta e seis mil, trezentas e vinte e cinco) ações preferenciais de emissão da Companhia, respectivamente, passando o capital social da Companhia a ser representado por 80.411.938 (oitenta milhões, quatrocentas e onze mil, novecentas e trinta e oito) ações ordinárias, detidas pela Ourinvest Real Estate Holding S.A., e 155.972.771 (cento e cinquenta e cinco milhões, novecentas e setenta e duas mil, setecentas e setenta e uma) ações preferenciais, detidas pelas acionistas TPG-Axon BFRE Holding LLC e Coyote Trail LLC.

Na mesma AGE de 31 de maio de 2012, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, à mesma razão de conversão, qual seja, 256.088 (duzentas e seis mil e oitenta e oito) ações para 1 ação de mesma espécie e classe, de modo que o capital social da Companhia, após o grupamento, passou a ser representado por 314 (trezentas e quatorze) ações ordinárias, detidas pela Ourinvest Real Estate Holding S.A., e 418 (quatrocentas e dezoito) ações preferenciais classe A, detidas pela TPG-Axon BFRE Holding LLC, e 191 (cento e noventa e uma) ações preferenciais classe B, detidas pela Coyote Trail LLC.

Em 16 de julho de 2012, em negociações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a controladora Ourinvest Real Estate Holding S.A. adquiriu 418 (quatrocentas e dezoito) ações preferenciais classe A, detidas pela TPG-Axon BFRE Holding LLC, e 191 ações preferenciais classe B, detidas pela Coyote Trail LLC, de emissão da Companhia, que representavam 100% (cem por cento) do total de ações preferenciais e 65,98% (sessenta e cinco vírgula noventa e oito) do total do capital social da Companhia. A aquisição por parte da Ourinvest Real Estate Holding S.A., que já detinha 100% (cem por cento) das ações ordinárias, resultou em

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

nova posição acionária equivalente a 100% (cem por cento) do total de ações emitidas pela Companhia.

Na AGE de 24 de agosto de 2012, a Companhia deliberou um aumento de capital no valor de R\$ 39.663.197,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e sessenta e três mil, cento e noventa e sete reais) mediante emissão de 49 (quarenta e nove) novas ações, sendo 17 (dezessete) novas ações ordinárias, 22 (vinte e duas) novas ações preferenciais classe A, e 10 (dez) ações preferenciais classe B, todas escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista e controladora Ourinvest Real Estate Holding S.A.

Em 18 de janeiro de 2013, a controladora Ourinvest Real Estate Holding S.A. vendeu 1 (uma) ação preferencial para o Banco Pan S.A. com a finalidade de restabelecer a pluralidade de sócios da Companhia, que, a partir de mencionada data, passou a ter dois acionistas.

Em AGE realizada em 18 de setembro de 2013, foi aprovada, por unanimidade, o aumento do capital da Companhia por meio de capitalização do saldo da conta de Reserva de Lucros no valor total de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$ 593.718.217,39 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e dezessete reais e trinta e nove centavos) para R\$ 703.718.217,39 (setecentos e três milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e dezessete reais e trinta e nove centavos).

Na mesma AGE realizada em 18 de setembro de 2013, foi aprovada, por unanimidade, a redução de capital da Companhia, efetivada sem a transferência de recursos financeiros. A restituição do capital à sua acionista majoritária, Ourinvest Real Estate Holding S.A., ocorreu mediante a entrega dos seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities Companhia de Securitização, no valor de R\$ 221.687.231,00 (duzentos e vinte e um milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e um reais); (b) participação societária na BMSRII Participações S.A., no valor de R\$ 282.352.433,61 (duzentos e oitenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e um centavos); e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., no valor de R\$ 187.874.915,17 (cento e oitenta e sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e quinze reais e dezessete centavos), todos avaliados pelo seu valor contábil em 31.08.2013. Assim, foram canceladas 314 (trezentas e quatorze) ações ordinárias, 417 (quatrocentas e dezessete) ações preferenciais classe A e 190 (cento e noventa) ações preferenciais classe B da Companhia de titularidade da Ourinvest Real Estate Holding S.A.. A participação do Banco Pan S.A., único outro acionista da Companhia, não foi alterada. Dessa forma,

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 7.661.784,69 (sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil e setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 51 (cinquenta e uma) ações, sendo 17 (dezessete) ações ordinárias e 34 (trinta e quatro) ações preferenciais, sendo (i) 23 (vinte e três) ações preferenciais classe A, e (ii) 11 (onze) ações preferenciais classe B, todas sob a forma escritural e sem valor nominal.

Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2014, foi aprovado por unanimidade o aumento do capital social da Companhia, por meio de aporte da acionista majoritária, a saber, a Ourinvest Real Estate Holding S.A., no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Assim, foram emitidas 666 (seiscentos e sessenta e seis) novas ações, sendo 222 (duzentas e vinte e duas) ações ordinárias, 444 (quatrocentas e quarenta e quatro) ações preferenciais, sendo as últimas divididas em 300 (trezentas) ações preferenciais classe A e 144 (cento e quarenta e quatro) ações preferenciais classe B, subscritas e integralizadas pela Ourinvest Real Estate Holding S.A.

Dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ R\$ 107.661.784,69 (cento e sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil e setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 717 (setecentos e dezessete) ações, sendo 239 (duzentas e trinta e nove) ações ordinárias e 478 (quatrocentas e setenta e oito) ações preferenciais, sendo (i) 323 (trezentas e vinte e três) ações preferenciais classe A, e (ii) 155 (cento e cinquenta e cinco) ações preferenciais classe B, todas sob a forma escritural e sem valor nominal.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7 Outras informações relevantes

Não há.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As transações realizadas com nossas partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas de mercado, praticadas nas respectivas datas.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Caixa Econômica Federal	31/12/2014	1.000,00	1.000,00	1.000,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Depósitos Bancários						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Banco Pan S.A.	31/12/2014	4.000,00	4.000,00	4.000,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Depósitos Bancários						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Banco Pan S.A.	31/12/2014	55.201.000,00	55.201.000,00	55.201.000,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários, as quais são atualizadas pelo percentual de 80% a 102,50% do CDI.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.	31/12/2014	19.000,00	19.000,00	19.000,00	08/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Corresponde a valores a pagar pela prestação de serviços de gerenciamento de ativos, referente a parceria de investimento entre a Companhia e o BC Residential Receivables, calculados 1% a.a. sobre investimento inicial da BFRE em CRIs, no montante de R\$ 10.417 mil com vencimento até agosto de 2015.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Banco Pan S.A.	31/12/2013	3.142,01	R\$ 3.142,01	R\$ 3.142,01	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Depósitos Bancários						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Banco Pan S.A.	31/12/2013	3.938.868,31	R\$ 3.938.868,31	R\$ 3.938.868,31	08/09/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários, as quais são atualizadas pelo percentual de 80% a 102,50% do CDI, com vencimento até 08/09/2014.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Ourininvest Real estate Holding S.A.	31/12/2013	-6.438.174,25	R\$ (6.438.174,25)	R\$ (6.438.174,25)	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Dividendos a pagar sobre participação acionária						
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros relacionados a este contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
Contrato com prazo indeterminado e pode ser rescindido por denúncia voluntária, com aviso de antecedência de 90 dias. São hipóteses de rescisão, sem interpelação: falência; recuperação judicial ou extrajudicial; liquidação, dissolução ou cessão das atividades da correspondente; caso fortuito ou força maior que impeçam o cumprimento do contrato; vedação legal ou por regulamento; inadimplemento das condições do contrato. É justa causa para a rescisão do contrato, independentemente de aviso prévio, se o correspondente adotar expedientes contrários à lei e ao contrato (má-fé, fraude ou dolo).							
Natureza e razão para a operação							
Ourinvest Real estate Holding S.A.	31/12/2013	-1.342.788,98	R\$ (1.342.788,98)	R\$ (1.342.788,98)	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Ligada							
Objeto contrato							
Refere-se ao saldo remanescente da redução de capital da Companhia, conforme AGE de 18/09/2013.							
Garantia e seguros							
Não há garantias nem seguros relacionados a este contrato.							
Rescisão ou extinção							
Contrato com prazo indeterminado e pode ser rescindido por denúncia voluntária, com aviso de antecedência de 90 dias. São hipóteses de rescisão, sem interpelação: falência; recuperação judicial ou extrajudicial; liquidação, dissolução ou cessão das atividades da correspondente; caso fortuito ou força maior que impeçam o cumprimento do contrato; vedação legal ou por regulamento; inadimplemento das condições do contrato. É justa causa para a rescisão do contrato, independentemente de aviso prévio, se o correspondente adotar expedientes contrários à lei e ao contrato (má-fé, fraude ou dolo).							
Natureza e razão para a operação							
Brazilian Securities Cia de Securitização	31/12/2013	10.508,13	R\$ 10.508,13	R\$ 10.508,13	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Ligada							
Objeto contrato							
Reembolso de despesas administrativas.							
Garantia e seguros							
Não há garantias nem seguros relacionados a este contrato.							
Rescisão ou extinção							
Contrato com prazo indeterminado e pode ser rescindido por denúncia voluntária, com aviso de antecedência de 90 dias. São hipóteses de rescisão, sem interpelação: falência; recuperação judicial ou extrajudicial; liquidação, dissolução ou cessão das atividades da correspondente; caso fortuito ou força maior que impeçam o cumprimento do contrato; vedação legal ou por regulamento; inadimplemento das condições do contrato. É justa causa para a rescisão do contrato, independentemente de aviso prévio, se o correspondente adotar expedientes contrários à lei e ao contrato (má-fé, fraude ou dolo).							
Natureza e razão para a operação							
Brazilian Securities Cia de Securitização	31/12/2014	5.000,00	5.000,00	5.000,00	N/A	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Reembolso de despesas administrativas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	31/12/2014	7.000,00	7.000,00	7.000,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Reembolso de despesas administrativas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Ourinvest Real estate Holding S.A.	31/12/2014	1.343.000,00	1.343.000,00	1.343.000,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Refere-se ao saldo remanescente da redução de capital da Companhia, conforme AGE de 18/09/2013.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	31/12/2013	-2.383,29	R\$ (2.383,29)	R\$ (2.383,29)	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Reembolso de despesas administrativas.						
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros relacionados a este contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Contrato com prazo indeterminado e pode ser rescindido por denúncia voluntária, com aviso de antecedência de 90 dias. São hipóteses de rescisão, sem interpelação: falência; recuperação judicial ou extrajudicial; liquidação, dissolução ou cessão das atividades da correspondente; caso fortuito ou força maior que impeçam o cumprimento do contrato; vedação legal ou por regulamento; inadimplemento das condições do contrato. É justa causa para a rescisão do contrato, independentemente de aviso prévio, se o correspondente adotar expedientes contrários à lei e ao contrato (má-fé, fraude ou dolo).						
Natureza e razão para a operação							
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	31/12/2013	8.053,06	R\$ 8.053,06	R\$ 8.053,06	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Reembolso de despesas administrativas.						
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros relacionados a este contrato.						
Rescisão ou extinção	Contrato com prazo indeterminado e pode ser rescindido por denúncia voluntária, com aviso de antecedência de 90 dias. São hipóteses de rescisão, sem interpelação: falência; recuperação judicial ou extrajudicial; liquidação, dissolução ou cessão das atividades da correspondente; caso fortuito ou força maior que impeçam o cumprimento do contrato; vedação legal ou por regulamento; inadimplemento das condições do contrato. É justa causa para a rescisão do contrato, independentemente de aviso prévio, se o correspondente adotar expedientes contrários à lei e ao contrato (má-fé, fraude ou dolo).						
Natureza e razão para a operação							
Banco Pan S.A.	31/12/2012	2.596.000,00	R\$ 2.596.000,00	N/A	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto.						
Objeto contrato	Valores a liquidar provenientes de contratos cedidos, cuja cobrança continua a ser efetuada pela instituição cedente, conforme previsão contratual.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Banco BTG Pactual S.A	31/12/2012	78.769.000,00	R\$ 78.769.000,00	N/A	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Referem-se a captação de LCIs.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	31/12/2012	29.000,00	R\$ 29.000,00	N/A	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Ligada						
Objeto contrato	Referem-se a valores a receber referente a despesas com reembolso de aluguéis e condomínio, correspondentes ao espaço utilizado pela Panserv nas lojas de Porto Alegre e São José dos Campos, os quais foram recebidos em janeiro de 2013.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Banco BTG Pactual S.A	31/12/2012	792.000,00	R\$ 792.000,00		16/03/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Alienação de Cotas de FIIs.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado*****a. medidas tomadas pela Companhia para tratar de conflitos de interesses***

A Companhia tem buscado constantemente melhorar e manter os níveis de governança corporativa, além de buscar adotar as melhores práticas de governança corporativa recomendadas ou exigidas pela legislação aplicável em vigor. Como regra geral, todas as decisões acerca das operações da Companhia são submetidas à administração, conforme as competências definidas no estatuto social, sendo que as operações que envolvam partes relacionadas, são tratadas de forma independente, buscando alcançar condições e resultados análogos aos atingidos em condições de mercado.

Havendo potencial conflito de interesse sobre qualquer matéria submetida à análise de órgão deliberativo da Companhia em relação a algum membro integrante do respectivo órgão deliberativo competente para deliberar sobre a matéria, é observado o disposto na Lei das Sociedades Anônimas, devendo o respectivo membro abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação ou conflito de interesse com a matéria em exame.

b. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas descritas nesta seção, se houver, foram realizadas em função do bom relacionamento comercial e condições favoráveis de prazo e remuneração, sempre tendo como objetivo o desenvolvimento de atividades da Companhia e a observância às condições de mercado.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
30/12/2014	107.661.784,69		239	478	717
Tipo de capital	Capital Subscrito				
30/12/2014	107.661.784,69		239	478	717
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/12/2014	107.661.784,69		239	478	717
Tipo de capital	Capital Emitido				
18/09/2013	7.661.784,69		17	34	51
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	23				
Preferencial Classe B	11				
Tipo de capital	Capital Subscrito				
18/09/2013	7.661.784,69		17	34	51
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	23				
Preferencial Classe B	11				

Tipo de capital	Capital Integralizado				
18/09/2013	7.661.784,69		17	34	51
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	23				
Preferencial Classe B	11				

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/05/2007	Assembleia	30/05/2007	16.066,50	Subscrição particular	16.067	0	16.067	1.070,80000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag 1º, II								
Forma de integralização		R\$ 16.066,50 mediante contribuição de crédito que a acionista detinha perante a companhia.								
27/06/2007	Assembleia	27/06/2007	200.540.334,75	Subscrição particular	200.540.334	0	200.540.334	1.141.578,00000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170 , Parag. 1º , II								
Forma de integralização		R\$ 200.540.334,75 mediante contribuição pela subscritora à Companhia de parte das ações representativas do capital social da Brazilian Finance & Real Estate Participações S.A.								
28/06/2007	Assembleia	29/06/2007	197.774.704,00	Subscrição particular	197.774.704	0	197.774.704	98,60000000	1,67	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag. 1º , II								
Forma de integralização		R\$197.774.704,00 em dinheiro.								
28/04/2008	Assembleia	28/04/2008	10.072.121,77	Subscrição particular	6.047.738	0	6.047.738	2,50000000	1,67	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag. 1º , II								
Forma de integralização		R\$10.072.121,77 mediante aproveitamento do crédito que as subscritoras possuíam perante a Companhia.								
30/10/2008	Assembleia	30/10/2008	9.424.987,45	Subscrição particular	5.659.171	0	5.659.171	2,30000000	1,67	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag. 1º , II								
Forma de integralização		R\$9.424.987,45 mediante aproveitamento do crédito que as subscritoras possuíam perante a Companhia.								
29/12/2008	Assembleia	29/12/2008	4.420.000,53	Subscrição particular	2.653.960	0	2.653.960	1,10000000	1,67	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag. 1º , II								
Forma de integralização		R\$4.420.000,53 mediante aproveitamento do crédito que as subscritoras possuíam perante a Companhia.								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
07/10/2009	Assembleia	07/10/2009	15,47	Subscrição particular	6	7	13	0,00000001	1,19	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag. 1º, II								
Forma de integralização		R\$15,47 em dinheiro.								
16/12/2009	Assembleia	16/12/2009	90.000.000,00	Subscrição particular	3.854.917	15.419.668	19.274.585	21,30000000	4,67	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag. 1º, II								
Forma de integralização		R\$90.000.000,00 em dinheiro.								
19/04/2010	Assembleia	19/04/2010	12.880.305,35	Subscrição particular	101.414.511	124.813.045	226.227.556	2,50000000	2,70	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, parag. 1º, II								
Forma de integralização		R\$12.880.305,35 mediante aproveitamento do crédito que as subscritoras possuíam perante a Companhia.								
07/07/2011	Assembleia	07/07/2011	4.605.767,55	Subscrição particular	0	1.220.606	1.220.606	0,00942072	3,77	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		R\$ 4.605.767,55 em dinheiro.								
07/07/2011	Assembleia	07/07/2011	275.248,58	Subscrição particular	0	75.055	75.055	0,00057928	3,66	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		R\$ 275.248,58 em dinheiro.								
30/03/2012	Assembléia	30/03/2012	17.724.709,62	Subscrição particular	2.414.911	2.971.584	5.386.495	3,34000000	3,29	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, § 1º, II								
Forma de integralização		R\$ 17.724.709,62 mediante aproveitamento do crédito que as subscritas possuíam perante a Companhia.								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
09/04/2012	Assembleia	09/04/2012	4.331.271,97	Subscrição particular	0	1.145.552	1.145.552	0,75288041	3,78	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		R\$ 4.331.271,97 em dinheiro.								
09/04/2012	Assembleia	09/04/2012	3.916.318,56	Subscrição particular	0	1.145.552	1.145.552	0,75288041	3,41	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		R\$ 3.916.318,56 em dinheiro.								
24/08/2012	Assembleia	24/08/2012	39.663.197,00	Subscrição particular	17	32	49	0,71587109	809.453,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, § 1º, II								
Forma de integralização		R\$ 39.663.197,00 em dinheiro								
18/09/2013	Assembleia Geral Extraordinária	18/09/2013	110.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/12/2014	Assembleia	30/12/2014	100.000.000,00	Subscrição particular	222	444	666	1.305,20000000	150.150,15	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170, paragra 1º, II								
Forma de integralização		Em dinheiro								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
31/05/2012	105.968.039	130.416.670	236.384.709	314	609	923
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
				PNA	418	
				PNB	191	

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
19/07/2012	19/07/2012	1.928.332,15	0	0	0	0,34683200	0,00
Forma de restituição		Não houve restituição.					
Razão para redução		Artigo 229 da Lei das Sociedades Anônimas					
18/09/2013	18/09/2013	696.056.432,70	314	607	921	99,90000000	0,00

Capital social por classe espécie ações

Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)
PNA	417
PNB	190

Forma de restituição A restituição do capital à sua acionista, Ourinvest Real Estate Holding S.A. ("Ourinvest"), ocorreu mediante a entrega dos seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities Companhia de Securitização, no valor de R\$ 221.687.231,00; (b) participação societária na BMSR II Participações S.A., no valor de R\$ 282.352.433,61; e (c) participação societária na BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., no valor de R\$ 187.874.915,17, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31.08.2013.

Razão para redução Artigo 173 - Capital excessivo.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	O pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado. O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Somente havendo aprovação da Assembleia Geral poderão ser alterados os direitos assegurados às diferentes espécies de ação.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe A, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Somente havendo aprovação da Assembleia Geral poderão ser alterados os direitos assegurados às diferentes espécies de ação.
Outras características relevantes	Serão resgatáveis, a critério da adm da Cia, a qualquer tempo, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, por 100% do seu valor patrimonial conf. apurado na última demonstração financeira anual auditada disponível, caso o resgate ocorra até 31/12/2012, ou 102% do seu valor patrimonial conforme apurado na última demonstração financeira anual auditada disponível, caso o resgate ocorra a partir de 01/01/2013, em qualquer caso ajustado na hipótese de qualquer modificação no número de ações emitidas e em circulação entre a data de tais demonstrações financeiras e a data da aprovação do resgate, sendo desnecessária a realização de assembléia especial convocada para deliberar essa matéria específica e sua aprovação; e conversíveis em ações preferenciais classe C, a pedido dos titulares que forem detentores de ações de emissão da Cia, e como tal registrados nos livros próprios, na data de 31/05/2012, nos termos, prazo, condições e na hipótese prevista no Estatuto Social da BFRE
<hr/>	

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe B
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe B, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Somente havendo aprovação da Assembleia Geral poderão ser alterados os direitos assegurados às diferentes espécies de ação.
Outras características relevantes	Serão resgatáveis, a critério da adm da Cia, a qualquer tempo, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, por 100% do seu valor patrimonial conf. apurado na última DF anual auditada disponível, caso o resgate ocorra até 31/12/2012, ou 102,5% do seu valor patrimonial conforme apurado na última demonstração financeira anual auditada disponível, caso o resgate ocorra a partir de 01/01/2013, em qualquer caso ajustado na hipótese de qualquer modificação no número de ações emitidas e em circulação entre a data de tais demonstrações financeiras e a data da aprovação do resgate, sendo desnecessária a realização de assembléia especial convocada para deliberar essa matéria específica e sua aprovação; e conversíveis em ações preferenciais classe C, a pedido dos titulares que forem detentores de ações de emissão da Cia, e como tal registrados nos livros próprios, na data de 31/05/2012, nos termos, prazo, condições e na hipótese prevista no Estatuto Social da BFRE.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe C
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado. O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Somente havendo aprovação da Assembleia Geral poderão ser alterados os direitos assegurados às diferentes espécies de ação.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há limitação de direito de voto de acionistas significativos ou obrigação de realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

Não há exceções ou cláusulas suspensivas.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O capital social é de R\$ 107.661.784,69 (cento e sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 717 ações, sendo 239 ações ordinárias e 478 ações preferenciais, sendo (i) 323 ações preferenciais classe A, e (ii) 155 ações preferenciais classe B, todas sob a forma escritural e sem valor nominal.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem outros valores mobiliários emitidos.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Os valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação na BM&FBovespa.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros:

Não aplicável.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia:

Não aplicável.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro:

Não aplicável.

18.10 - Outras informações relevantes

Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
09/04/2012	09/04/2012 à 09/07/2012	219.954.619,32	Preferencial		2.291.104	1,468912	2.291.104	5,41	R\$ por Unidade	100,000000
A operação tem como objetivo adquirir ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, visando a oferecer liquidez às ações adquiridas pelos beneficiários do Plano de Opção como forma de incentivo. A data base da Reserva de Retenção de Lucros é 31/12/2011.										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

Outras informações que o emissor julgue relevantes sobre Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há negociação dos valores mobiliários.

20.2 - Outras informações relevantes

Outras informações relevantes:

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia não possui políticas de Divulgação de Informações.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Companhia não possui políticas de Divulgação de Informações.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

A Companhia não possui políticas de Divulgação de Informações.

21.4 - Outras informações relevantes

A companhia não possui outras informações que julgue relevantes.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

A Companhia não realizou aquisição ou alienação de ativos fora das suas atividades correntes.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A Companhia não possui sociedades controladas.

22.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.